

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO
GRANDE DO NORTE – IFRN

AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL
Relatório 2014
Campus Caicó

CAICÓ/RN
2015

**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte –
IFRN**

Campus Caicó

DIRETOR GERAL

Caubi Ferreira de Souza Junior

DIRETOR ACADÊMICO

Alexandro Diógenes Barreto

DIRETOR ADMINISTRATIVO

Samir de Carvalho Costa

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO – CPA *Campus Caicó*

Edson Caetano Bottini

Hugo Wesley de Araújo

João Victor Alves Feitoza

José Carlos Vieira de Souza

Maria do Socorro de Oliveira Souza

Soraya Roberta dos Santos Medeiros

Suely Soares da Nóbrega

Tatiana Ribeiro Ferreira

*Sonhar
Mais um sonho impossível
Lutar
Quando é fácil ceder
Vencer
O inimigo invencível
Negar
Quando a regra é vender*

[...]

*E assim, seja lá como for
Vai ter fim a infinita aflição
E o mundo vai ver uma flor
Brotar do impossível chão.*

Chico Buarque

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	4
1.1 BREVE HISTÓRICO DAS AUTOAVALIAÇÕES REALIZADAS NO IFRN.....	4
1.2 CARACTERIZAÇÃO DO CAMPUS CAICÓ	5
2 METODOLOGIA	7
3 RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS	11
3.1 DIMENSÃO A – ORGANIZAÇÃO, GESTÃO, PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	13
3.2 DIMENSÃO B – ORGANIZAÇÃO, GESTÃO, PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	22
3.3 DIMENSÃO C – INFRAESTRUTURA PARA ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	29
3.4 DIMENSÃO D – ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E ASSISTÊNCIA AOS ESTUDANTES E EGRESSOS	39
3.5 DIMENSÃO E – FUNÇÃO SOCIAL E PDI	53
4 QUADRO COMPARATIVO	59
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
REFERÊNCIAS	64

1 INTRODUÇÃO

A composição da CPA do *Campus Caicó* possui a representação de todos os segmentos da comunidade acadêmica (docente, discente e técnico-administrativo) e de representantes da sociedade civil organizada. Sua principal finalidade é conduzir os processos internos de avaliação, de sistematização e de divulgação das informações, tanto à comunidade acadêmica quanto aos órgãos reguladores da educação superior.

Espera-se que os resultados deste trabalho possam contribuir com o processo de organização e gestão institucional, possibilitando o aprimoramento da atuação acadêmica e administrativa, subsidiando o planejamento e as decisões de seus dirigentes.

1.1 BREVE HISTÓRICO DAS AUTOAVALIAÇÕES REALIZADAS NO IFRN

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN foi criado nos termos da Lei nº. 11.892 de 29 de dezembro de 2008. Para efeito da regulação, avaliação e supervisão da instituição e dos cursos de educação superior, o IFRN é equiparado às universidades federais.

Tendo em vista a melhoria da qualidade do Ensino Superior, foi criado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), que integra três modalidades principais de instrumentos de avaliação, dentre os quais, a autoavaliação.

O processo de autoavaliação no IFRN, durante os anos de 2009 e 2010, foi conduzido pela Assessoria de Informações Institucionais e a autoavaliação de 2011 ficou sob a responsabilidade de uma CPA provisória. Porém, o processo só foi consolidado com a eleição dos membros da CPA em todos os *Campi* em novembro de 2012, nomeados através das portarias/Reitor IFRN: nº 24/2013- de 07 de janeiro de 2013, nº 151/2013 de 4 de fevereiro de 2013, nº 185/2013 de 8 de fevereiro de 2013 e nº 242 de 22 de fevereiro de 2013. Desde então, foram constituídas as CPAs em cada *Campus* sob a coordenação da CPA Central.

A autoavaliação do ano de 2012 foi realizada utilizando os instrumentos de avaliação elaborados pela Comissão Provisória, que orientou todo o processo, visto

que a nomeação dos novos membros ocorreu muito próxima ao prazo máximo de envio do relatório ao Ministério da Educação – MEC, inviabilizando a apropriação de conhecimentos necessários para a realização desse trabalho pela comissão recém-formada. Ainda em decorrência do exíguo tempo, foi necessário utilizar dois sistemas para a aplicação dos questionários: o sistema Acadêmico de uso interno do IFRN, para discentes e docentes, e o Sistema Unificado de Administração Pública – SUAP, para os técnicos-administrativos. Esse fato ocasionou dificuldades, tanto durante a disponibilização dos questionários, bem como, na extração dos dados a serem analisados.

Ao longo do ano de 2013, a CPA Central se reuniu mensalmente para sistematizar e aprimorar o processo de autoavaliação. Em decorrência da necessidade de modificações no instrumento avaliativo, foi realizado um encontro de formação nos dias 29 e 30 de agosto de 2013 com dois membros de cada CPA local. Durante essa reunião foram abordadas as dificuldades e necessidades das CPAs locais, principalmente no que diz respeito à constituição das comissões de cada *Campus*, visto a rotatividade de servidores contemplados com o remanejamento *intercampi* e a desistência de alguns por constatarem a falta de afinidade com as atribuições da função. No encontro também houve a reelaboração dos questionários a serem aplicados, com a participação de todos, porém, não houve tempo hábil para elaboração dos questionários da sociedade civil organizada, implicando na ausência da participação desse segmento.

Durante o ano de 2014, as reuniões da CPA Central permaneceram com periodicidade mensal. O encontro de formação neste ano enfatizou a elaboração de questionários diferenciados para o *Campus* EAD – tanto para alunos como para servidores (docentes e técnicos) – para a Reitoria e para a sociedade civil organizada, embora este não tenha sido disponibilizado por falta de preparação do ambiente no SUAP.

1.2 CARACTERIZAÇÃO DO CAMPUS CAICÓ

O *Campus* Caicó do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte faz parte da segunda fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, tendo

sido oficialmente inaugurado no dia 20 de agosto de 2009, juntamente com outros cinco *Campi*.

O IFRN *Campus* Caicó está edificado em um terreno com área total de 69.725 m², cedido pela prefeitura municipal, às margens da rodovia RN 288, no bairro de Nova Caicó, zona norte da cidade.

O município de Caicó é um dos principais da região Seridó (sertão do Rio Grande do Norte), estando distante 280 km da capital potiguar. O município integra o roteiro turístico da região, sediando importantes entidades, como a Agência de Desenvolvimento Sustentável do Seridó (ADESE).

Os arranjos produtivos locais baseiam-se nos setores de Serviços, Pecuária, Agricultura de pequeno porte e Indústria, com destaque para a da área Têxtil, que se desenvolve nos segmentos de tecelagem, vestuário (composta por aproximadamente 100 tecelagens, 100 confecções e 150 facções de pequeno e médio porte) e setor boneleiro (composto por mais de 80 empresas de pequeno e médio porte), tornando o município de Caicó o segundo maior pólo produtor de bonés do Brasil, com uma média de 1.000.000 peças/mês.

O *Campus* Caicó oferece cursos em diferentes eixos tecnológicos, no sentido de atender as demandas da região, tais como: Controle e Processo Industrial (Técnico em Eletrotécnica, nas formas subsequente e integrado e na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – EJA); Informação e Comunicação (Técnico em Informática nas formas subsequente e integrado e na modalidade EJA) e Produção Industrial (Técnico em Vestuário, nas formas subsequente e integrado e Técnico em Têxtil, na forma integrado). Além desses, oferece também, a graduação de Licenciatura em Física.

2 METODOLOGIA

Esta pesquisa é de caráter descritivo-exploratória, pois visa gerar conhecimento sobre a opinião de diversos públicos acerca dos serviços do IFRN, subsidiando suas políticas. É também descritiva, pois envolve a classificação, descrição e interpretação dos dados levantados.

O universo de pesquisa é formado por todos os discentes, técnicos e docentes. Os resultados da pesquisa formam uma amostra do tipo acidental voluntária.

Com a necessidade de atender às peculiaridades de cada público, foram elaborados questionários diferentes para os servidores e alunos do *Campus* EAD e servidores da Reitoria. O questionário foi composto por questões abertas/subjetivas e fechadas/objetivas, com 4 (quatro) opções de resposta: concordo, discordo, desconheço e não se aplica.

No Quadro 1, abaixo, é demonstrada a aplicação dos questionários conforme públicos e dimensões avaliados.

Quadro 1 – Demonstrativo das aplicações do instrumento de pesquisa.

Dimensões avaliadas	Nº questões Servidores Reitoria	Nº questões Servidores EAD	Nº questões Servidores Demais Campi	Nº questões Alunos EAD	Nº questões Alunos Demais Campi
A – Organização, Gestão, Planejamento e Avaliação Institucional	11	11	11	—	—
B – Política de Pessoal e Carreira	7	7	7	—	—
C – Infraestrutura para Ensino e Pesquisa	9	14	11	11	11
D – Ensino, Pesquisa, Extensão e Assistência a Estudantes e Egressos	—	11	11	12	15
E – A Função Social e o PDI	8	8	8	—	—

Os questionários foram disponibilizados na forma eletrônica em todos os 19 *Campi* existentes à época no IFRN, além da Reitoria, no período de 15 de outubro a 14 de novembro de 2014, através do SUAP. Os *Campi* Canguaretama, Ceará-mirim e São Paulo do Potengi começaram a atuar em 2014 e ainda não possuem CPA local. A próxima eleição está prevista para março de 2015 e no mês de fevereiro será realizada a sensibilização para a composição das comissões em cada *Campus*, via processo eleitoral.

No *Campus* Caicó foi realizado um trabalho de sensibilização com a comunidade acadêmica, objetivando a compreensão da importância e a necessidade de se comprometer em responder a autoavaliação.

Primeiramente, houve a sensibilização para os Docentes e Técnico-Administrativos em reunião pedagógico-administrativa. Além disso, foram realizadas visitas aos setores administrativos, incentivando os servidores a responderem aos questionários, dada a importância da autoavaliação para o IFRN.

Em seguida, a comissão se reuniu para elaborar um cronograma de sensibilização discente. No auditório do *Campus*, as turmas eram convidadas a refletir sobre os resultados da Autoavaliação 2013, incentivando-os a participar da Autoavaliação 2014. Além disso, faltando duas semanas para o término da autoavaliação, a CPA Local visitou todas as salas de aula, incentivando os alunos a participarem ativamente do processo.

A CPA Local utilizou os recursos das redes sociais para intensificar a divulgação da Autoavaliação 2014 e, como forma de estímulo, elaborou um adesivo (Figura 1) que foi entregue àqueles que houvessem respondido os questionários no SUAP, incentivando os demais a concluírem o processo.



Figura 1 – Adesivo elaborado pela CPA Local para a Autoavaliação 2014.

A análise dos dados foi realizada de acordo com as seguintes abordagens:

- Quantitativa: apoia-se em técnicas diversas como gráficas e estatísticas descritivas aplicadas aos resultados da pesquisa;
- Qualitativa: comentários e análises críticas da CPA, de cunho interpretativo, com base na abordagem quantitativa e nas respostas subjetivas.

Os parâmetros para análise dos dados das questões objetivas seguem os seguintes critérios, elencados no Quadro 2, abaixo:

Quadro 2 – Parâmetros para análise dos dados das questões objetivas.

Resposta	% de respostas	Interpretação
Concordo	Acima de 50%	Concordância
Discordo	Acima de 40%	Discordância
Desconheço	Acima de 15%	Desconhecimento

Esses percentuais foram estabelecidos pelas CPAs, em reunião, considerando que a discordância dos respondentes representada acima de 40% e o desconhecimento acima de 15% demonstram a necessidade de uma análise mais aprofundada. A resposta “não se aplica”, não é contabilizada nessa análise, sendo utilizada apenas para identificar algumas questões que não são pertinentes a todas as categorias de respondentes.

Para viabilizar o aproveitamento das respostas subjetivas na abordagem qualitativa foram adotados os seguintes procedimentos:

- Sorteio aleatório¹ de 30 respostas dentre as disponíveis para uma determinada dimensão e cada público. Caso não existam 30 respostas disponíveis ao todo, selecionam-se todas as respostas;
- Composição de até cinco categorias com base nos temas mais frequentemente abordados nas respostas;

¹ Para a geração de números aleatórios, acessar o site: <http://sorteiospt.com/numerosAleatorios/>

- Quantificação das 30 respostas sorteadas conforme as categorias estabelecidas. As respostas que não se enquadrem em classe devem ser agrupadas numa categoria denominada “Outras”.

Propõe-se, com esta metodologia, explorar e descrever os resultados pesquisados, com o intuito de identificar os aspectos institucionais mais relevantes segundo a ótica dos respondentes.

3 RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS

Foi respondido um total de 356 questionários, sendo 275 respondidos pelos discentes (em torno de 42% do total de matriculados), 45 pelos docentes (em torno de 76% do total dos docentes) e 36 pelos técnicos-administrativos (em torno de 84% do total dos técnicos), conforme demonstrado no Quadro 3, a seguir:

Quadro 3 – Demonstrativo dos respondentes, por segmento.

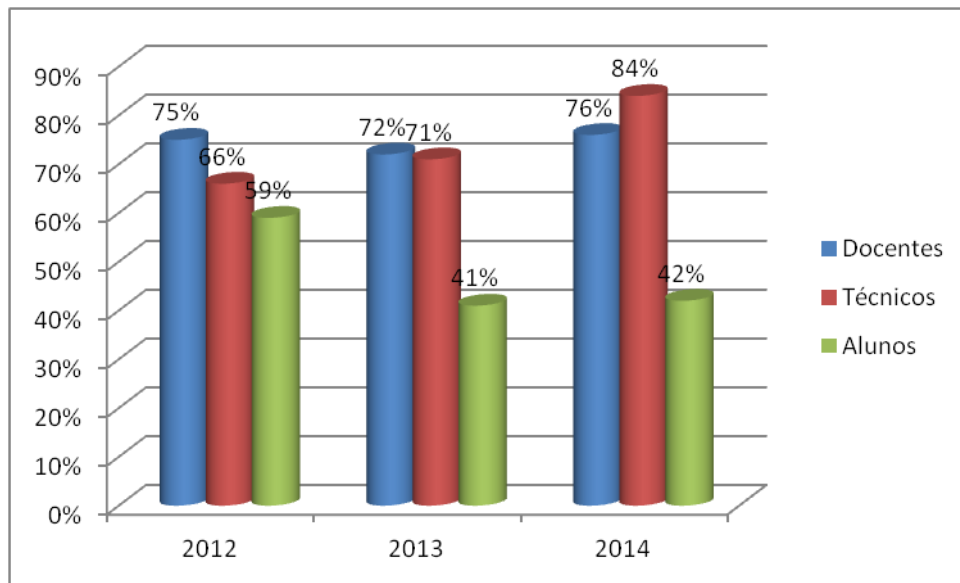
Segmento	Total	Respondentes	%
Discentes	656	275	41,92%
Docentes	59	45	76,27%
Técnicos	43	36	83,72%

Houve também a resposta parcial dos questionários, onde 5 discentes responderam somente a dimensão C, enquanto 8 discentes responderam somente a dimensão D; 1 docente respondeu a dimensão D e 2 responderam a dimensão E, podendo um destes que respondeu a dimensão E ser o mesmo que respondeu a dimensão D. Nenhum dos técnicos-administrativos (TAEs) respondeu o questionário parcialmente. Os questionários parciais não serão levados em consideração nas análises, ou seja, somente serão consideradas as respostas dos que responderam ao questionário em sua totalidade.

É importante salientar que o questionário aplicado teve a preocupação de evidenciar a relação entre as questões e as dimensões apontadas, tendo o cuidado de verificar o público a que se destina, considerando-se a área de responsabilidade e autoridade dos sujeitos da pesquisa.

Com a finalidade de refletir quanto à conscientização da comunidade acadêmica sobre a importância de responder ao questionário da autoavaliação institucional, considerou-se relevante verificar a adesão dos respondentes nos anos de 2012, 2013 e 2014, conforme ilustrado pelo Gráfico 1, abaixo:

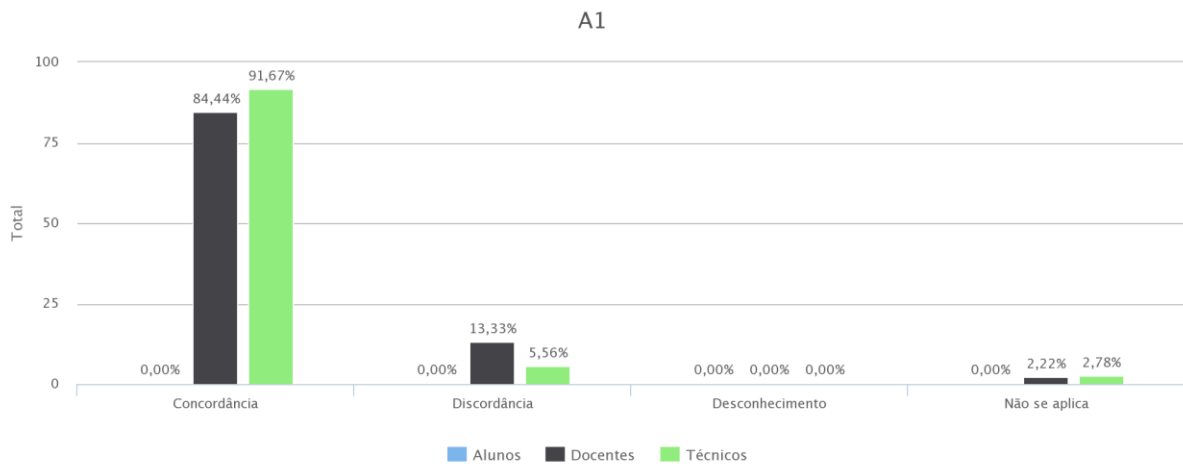
Gráfico 1 – Comparativo do percentual de respondentes em 2012, 2013 e 2014, por segmento.



Observa-se que houve um aumento no percentual de respondentes em todos os segmentos: em torno de 3% para docentes, 13% para técnicos e 1% para discentes. A CPA Local conclui que esse aumento se deve à realização de um intensivo trabalho de sensibilização antes e durante todo o processo de autoavaliação. Quanto aos docentes, observou-se que oito deles estavam afastados para capacitação e, por não terem participado da sensibilização, podem não ter respondido ao questionário. No que concerne aos técnicos, durante o processo de autoavaliação, a CPA Local passou em todos os setores, enfatizando a necessidade da participação dos mesmos, bem como se colocou à disposição para esclarecimentos de dúvidas. Além disso, foi realizado um seminário durante a semana pedagógica com técnicos e docentes, no qual foi discutida a interpretação das afirmativas a serem analisadas.

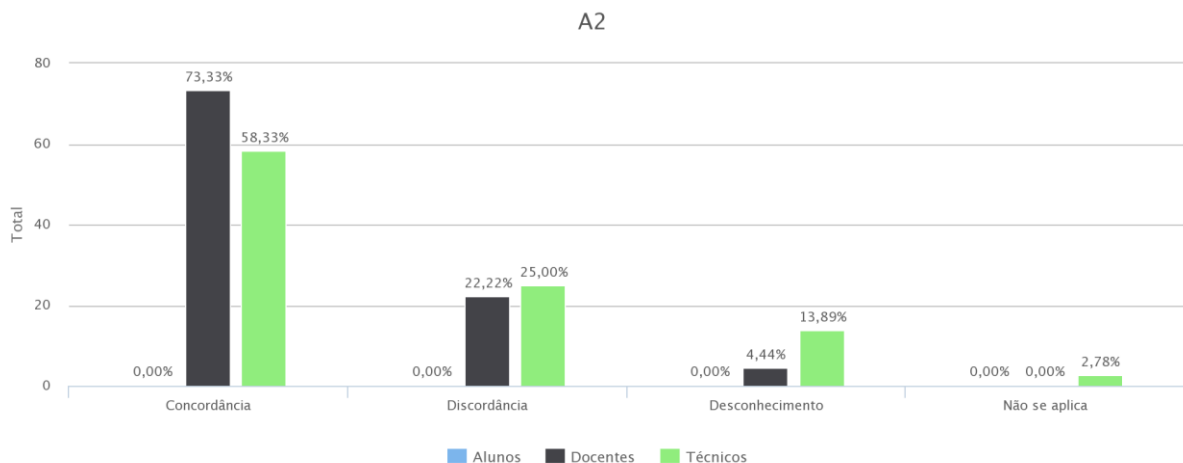
3.1 DIMENSÃO A – ORGANIZAÇÃO, GESTÃO, PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A1 – A estrutura organizacional do *Campus* permite a realização efetiva das atividades profissionais que você desenvolve.



Os gráficos evidenciam a concordância dos docentes, em 84,44%, e dos técnicos, em 91,67%, demonstrando que os servidores consideram a estrutura organizacional do *Campus* adequada à realização de suas atividades profissionais. Esses números apontam um aumento em mais de 10% de concordância em relação à Autoavaliação 2013.

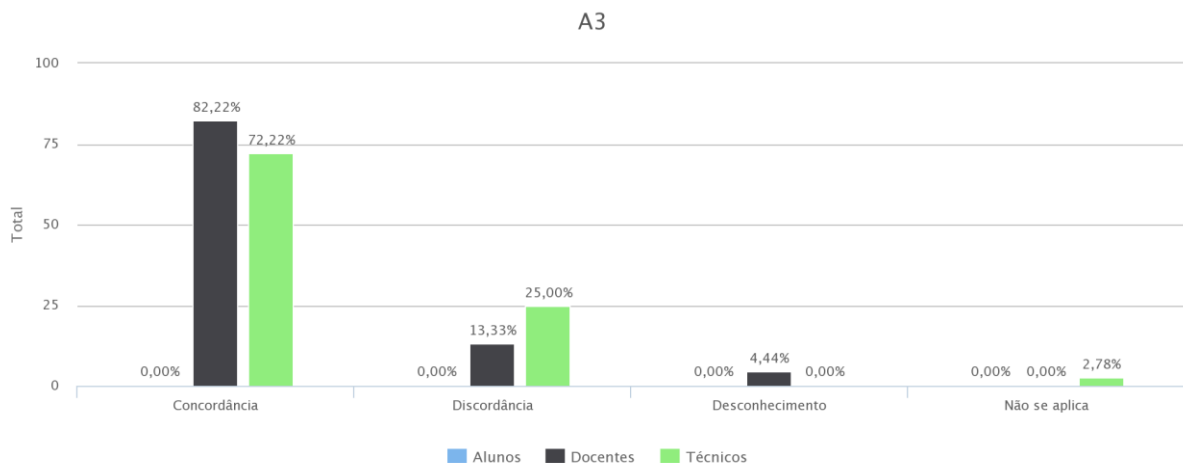
A2 – As ações da gestão em relação à estrutura organizacional, execução dos projetos institucionais e cumprimentos dos objetivos, no seu *Campus*, são coerentes e transparentes.



Quanto às ações da gestão em relação à estrutura organizacional, execução dos projetos institucionais e cumprimentos dos objetivos, no *Campus*, serem coerentes e transparentes, há concordância de 73,33% dos docentes e 58,33% dos técnicos. Houve acréscimo em mais de 10% no nível de concordância dos docentes em relação à Autoavaliação 2013. Todavia, não houve alteração no percentual de concordância dos técnicos.

Observou-se uma redução do percentual de discordância, que diminuiu de cerca de 40% na Autoavaliação 2013 para aproximadamente 24%. Mesmo assim, acredita-se que ainda haja necessidade de um maior aprimoramento do planejamento anual do *Campus*, de forma que os objetivos e o caminho a ser traçado sejam cada vez mais coerentes e transparentes à toda comunidade escolar.

A3 – O relacionamento profissional, ético e interpessoal entre gestores, coordenadores e servidores favorece o desenvolvimento das atividades do *Campus*.



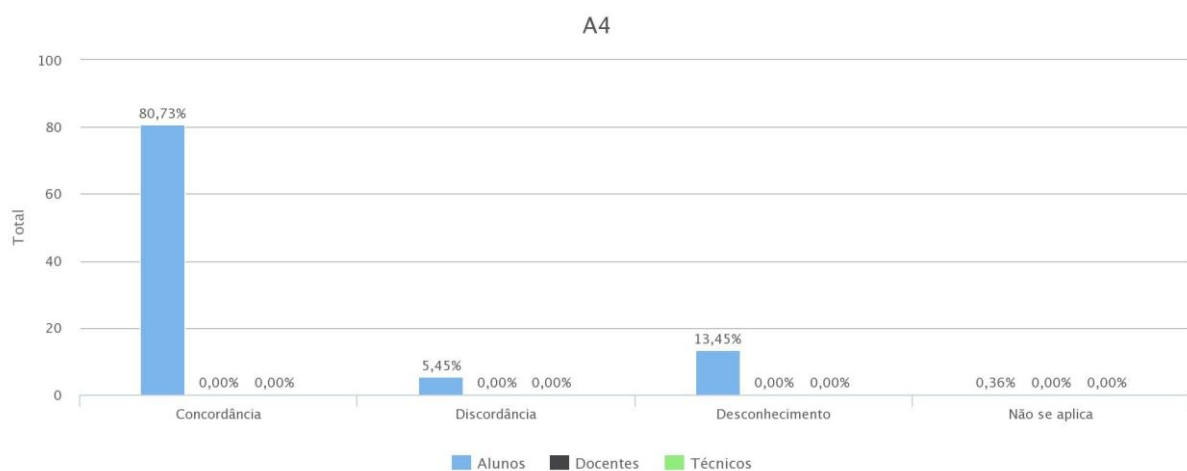
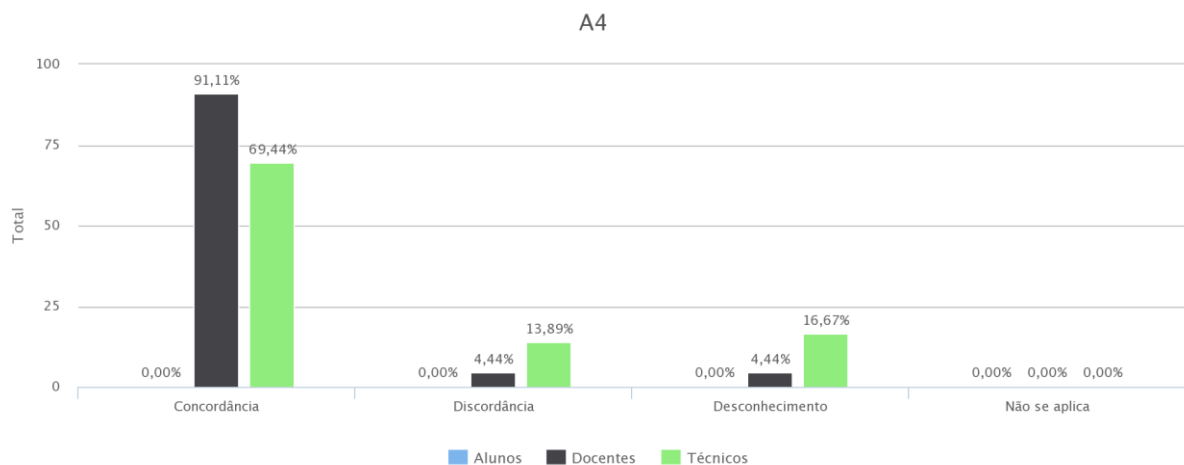
Neste item, onde foi questionado o relacionamento profissional, ético e interpessoal entre gestores, coordenadores e servidores, como veículo facilitador do desenvolvimento das atividades laborais, houve concordância de 82,22% dos docentes e 72,22% dos TAEs.

Observa-se, uma melhoria em torno de 20% de concordância dos docentes em relação à Autoavaliação 2013 e uma modificação na percepção deste relacionamento entre os TAEs, que passou de discordância de 51,72% em 2013 para concordância de 72,22% em 2014.

Esta alteração pode estar relacionada às atividades administrativas desenvolvidas no ano de 2014 com base no Relatório de 2013, como por exemplo:

- Participação dos TAEs nas Reuniões Pedagógicas, propiciando interação entre os servidores através da troca de informações e tomada de decisões;
- Estabelecimento de Reuniões Administrativas mensais entre os técnicos, intercalando com Reuniões dos Técnicos com a Gestão para interação, planejamento e consulta prévia sobre diversos assuntos;
- Criação de uma Comissão dos Técnicos-Administrativos para acompanhamento de processos referentes a relacionamentos profissionais, éticos e interpessoais entre aqueles que compõem o quadro de pessoal.

A4 – As instâncias de apoio ao funcionamento da Instituição (conselhos, colegiados, comissões, reuniões administrativas e pedagógicas) são efetivas na participação da gestão do seu *Campus*.

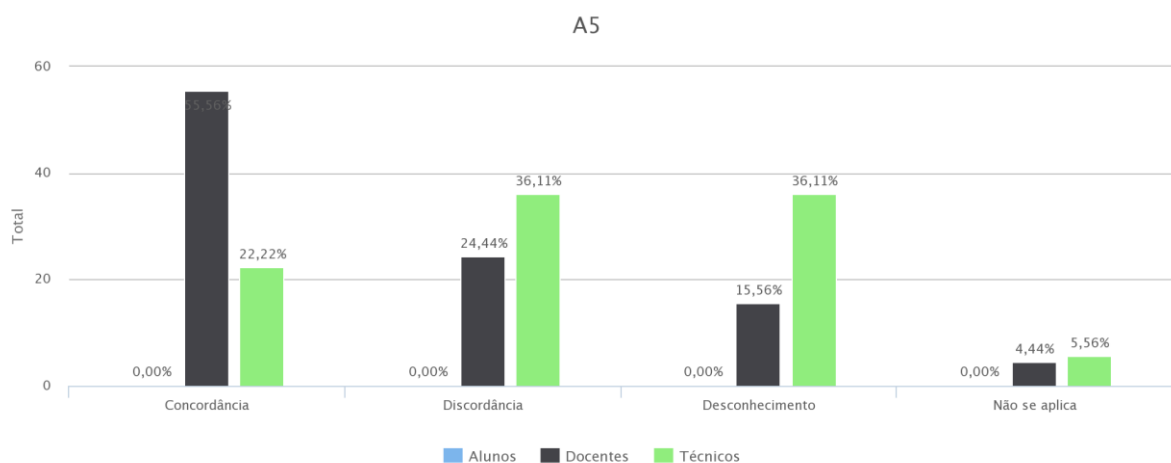


Para 91,11% dos docentes, 69,44% dos técnicos e 80,73% dos discentes as instâncias de apoio ao funcionamento da Instituição são efetivas na participação da gestão do *Campus*, havendo um acréscimo na concordância em mais de 30% dos docentes e 14% dos técnicos em relação à Autoavaliação 2013 e quanto aos alunos essa afirmativa foi avaliada apenas este ano.

Neste ponto, destaca-se que 16,67% dos técnicos desconhecem essa informação, havendo necessidade de implementar ações de incentivo à participação deste segmento e divulgação da atuação dos Conselhos, Comissões e Colegiados.

Com referência à Autoavaliação 2013, houve uma diminuição no percentual de desconhecimento dos docentes, de 18,60% para 4,4% em 2014. Isto, possivelmente, se deve ao fato de que, na semana pedagógica 2014.2, foi realizado o seminário para análise interpretativa das afirmativas, oportunizando a discussão entre os servidores sobre as dimensões que seriam avaliadas.

A5 – Posso conhecimento dos principais documentos normativos (estatuto; regimento geral; regimento interno do *Campus*; organização didática).

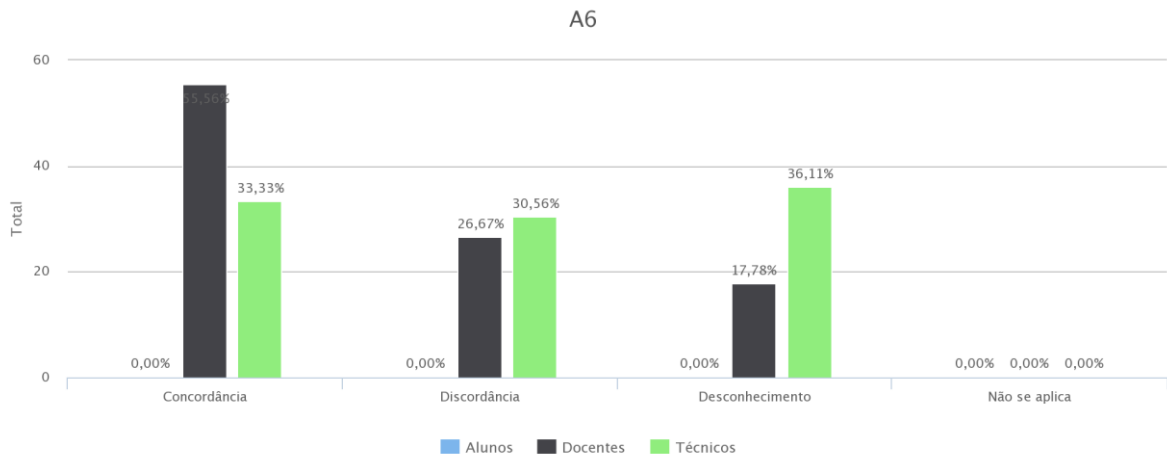


Quanto ao conhecimento dos documentos normativos, houve concordância apenas dos docentes, em 55,56%, havendo uma mudança de percepção em relação à Autoavaliação 2013, a qual consta 48,84% de discordância. Para os TAEs, houve uma diminuição de 57,14% para 36,11% de discordância. Observa-se, também, um percentual elevado de desconhecimento: acima dos 15% para docentes e 36% para os técnicos.

Esses números evidenciam a necessidade de maior envolvimento dos servidores em ações institucionais que promovam o conhecimento desses

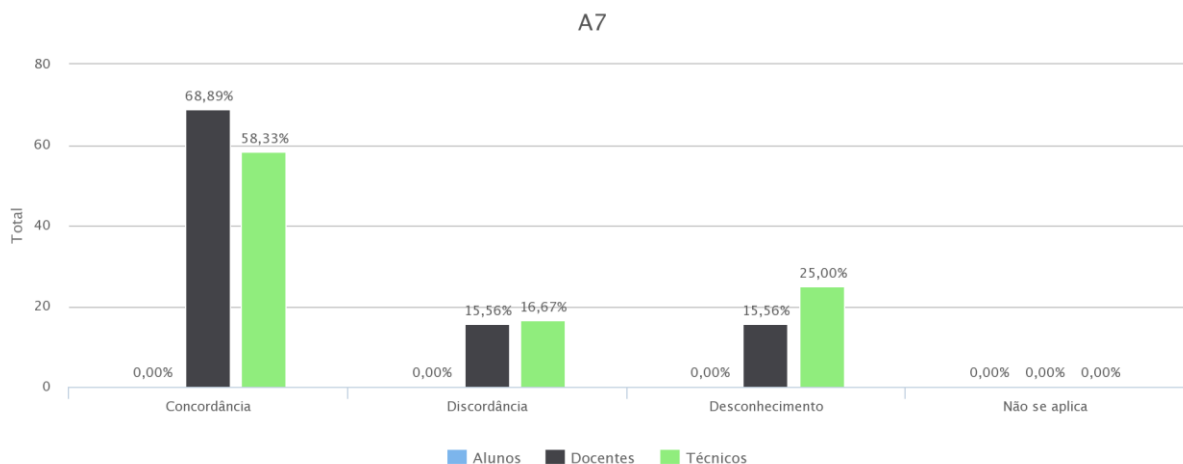
documentos, como a realização de minicursos durante a semana pedagógica e explanações nas reuniões pedagógico-administrativas que acontecem periodicamente no *Campus*.

A6 – O planejamento estratégico do seu *Campus* tem sido eficaz para antecipação de problemas e proposição de soluções.



Quanto à eficácia para antecipação de problemas e proposição de soluções no planejamento estratégico, os docentes concordaram em 55,56% com esta afirmação, havendo uma modificação da percepção em relação à Autoavaliação 2013, que foi de 52,38% de discordância. No entanto, percebe-se um aumento significativo no desconhecimento em ambas as categorias: de 2,38% em 2013 para 17,78% em 2014 dos docentes e de 0% em 2013 para 36,11% em 2014 dos TAEs.

A7 – O planejamento estratégico do seu *Campus* é participativo e flexível às adequações de acordo com necessidades surgidas no decorrer da execução das ações.



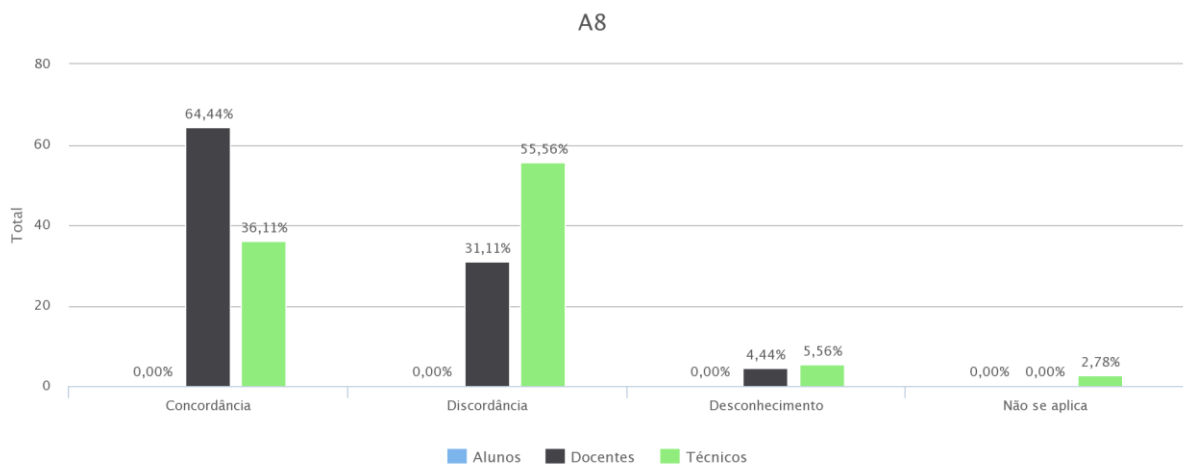
Quanto à participação e flexibilização às adequações de acordo com as necessidades surgidas no decorrer da execução das ações do planejamento estratégico, houve concordância de 68,89% dos docentes e 58,33% dos TAEs. Observou-se uma modificação na percepção em relação à Autoavaliação 2013, pois 51,16% dos docentes e 65,52% dos TAEs eram de discordância.

Como não houve registro de desconhecimento em 2013, observa-se o aumento desse índice em 2014: 15,56% para os docentes e 25% para os TAEs.

Analisando os gráficos das afirmativas 6 e 7, conclui-se que, apesar de a gestão solicitar as demandas setoriais para que os docentes e técnicos-administrativos opinem quanto ao planejamento, tanto há servidores que não têm conhecimento sobre o trâmite burocrático, quanto há quem não tenha interesse em participar ativamente do processo.

Sugere-se, portanto, uma oficina, anual, antes do período de planejamento para todos os servidores interessados, além da divulgação das ações executadas a partir desse planejamento.

A8 – A comunicação interna no *Campus* contribui para a interação e eficiência administrativa.

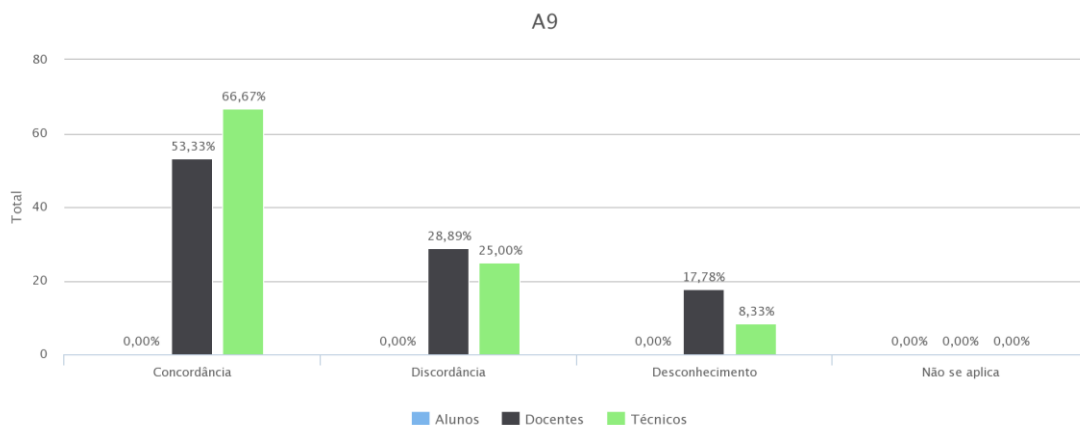


Sobre a comunicação interna do *Campus*, houve uma mudança de percepção dos docentes em relação à Autoavaliação 2013, a qual constava 51,16% de discordância para 64,44% de concordância em 2014. Quanto aos técnicos, embora continue a discordância, houve um decréscimo de 75,86% em 2013 para 55,56% em 2014.

Tendo em vista os veículos de comunicação institucional já existente (e-mail corporativo, portal do IFRN *Campus* Caicó, redes sociais e telão interativo) pode-se relatar que os docentes tiveram maior interação com os mesmos através das reuniões periódicas e envolvimento direto na divulgação das informações nos meios.

O mesmo não ocorre com alguns técnicos-administrativos, que ainda não desenvolveram o hábito de ler os e-mails institucionais ou acessar o portal do *Campus* ou as redes sociais da instituição para manterem-se informado. Desta forma, destaca-se a importância da implementação da rádio escolar, pois acredita-se que irá contribuir com a divulgação das informações relevantes de interesse institucional entre os setores, de modo que haja, realmente, interação entre eles (sugestão recorrente desde o Relatório da Autoavaliação 2012, inserido no planejamento de 2014, dependendo de recursos financeiros para implementação).

A9 – O serviço de segurança no *Campus* é satisfatório.



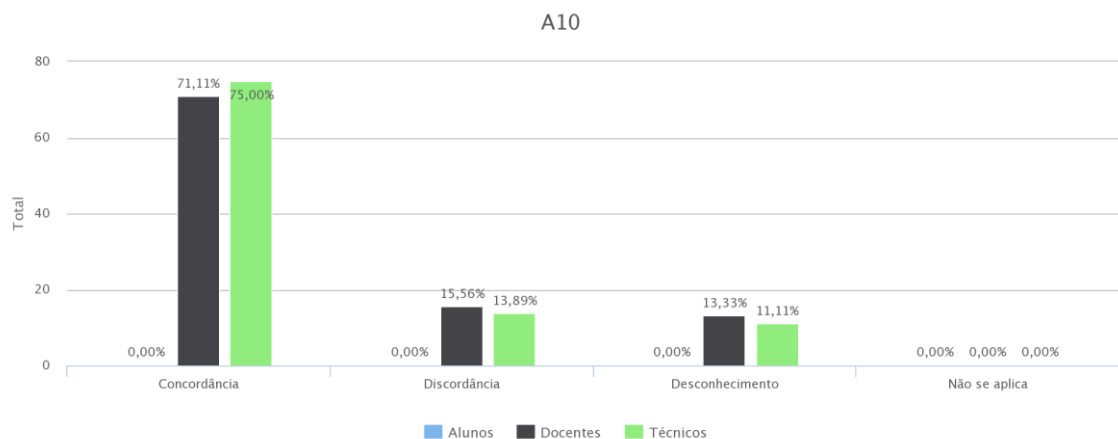
Quanto à segurança no *Campus*, houve uma diminuição da concordância com relação à Autoavaliação 2013, de 74,42% para 53,33% dos docentes e de 72,41% para 66,67% dos técnicos. Embora continue demonstrando que ambos os segmentos encontrem-se satisfeitos com este serviço, pode-se observar o elevado índice de 17,78% de desconhecimento por parte dos docentes.

Neste aspecto, o docente tece o seguinte comentário:

A segurança no *Campus* é precária, pois o *Campus* é muito amplo e temos apenas um vigilante na guarita para verificar a entrada/saída de automóveis e pessoas ao mesmo tempo. A cerca elétrica não funciona. Os alunos podem entrar e sair a qualquer momento do dia, sem a intervenção de ninguém. Sugiro a implantação de catracas na entrada do *Campus* (com digital) para identificação das pessoas que entram e saem, bem como a

instalação de câmeras de segurança na guarita, focando na entrada dos automóveis e das pessoas. Sugiro também que seja instalada uma cancela com acionamento manual por parte do condutor, pois dá tempo da câmera (se for instalada na guarita) focar no condutor e na placa. Além disso, libera mais o vigilante para que ele possa controlar a entrada de pessoas. (RESPOSTA SUBJETIVA DOCENTE).

A10 – Os procedimentos de avaliação institucional são eficientes para a identificação de problemas e reorganização de novas ações.



O gráfico mostra a concordância em mais de 70% de ambas as categorias quanto à eficiência dos procedimentos de avaliação institucional na identificação de problemas e reorganização de novas ações.

Vale salientar que houve modificação na percepção dos técnicos-administrativos, pois em 2013 foi diagnosticado um índice de 55,17% de discordância. Este ponto pode ter sido melhorado devido à maior divulgação da própria avaliação institucional, na qual houve abertura para discussão e entendimento das afirmativas, bem como a implementação das reuniões periódicas entre os técnicos (sugestão desde a Autoavaliação 2012).

A11 – Caso considere oportuno, deixe aqui alguma(s) crítica(s) e/ou sugestão(ões) acerca dos aspectos avaliados nesta dimensão.

É evidente a pequena participação dos servidores em analisar e sugerir melhorias referentes a esta dimensão. Dos poucos servidores que responderam ao item subjetivo, houve mais 4 (quatro) reclamações quanto à não variedade de

respostas parciais, justificando o fato de nem sempre o servidor concordar ou discordar totalmente de determinado item.

As respostas subjetivas demonstram que os servidores precisam participar das discussões realizadas nas reuniões pedagógico-administrativas e nas reuniões dos técnicos-administrativos, tendo em vista que boa parte das solicitações já está sendo discutida durante essas reuniões. É o caso da transparência na escolha dos coordenadores para os concursos, explicações sobre termos do questionário, os quais foram discutidos no Seminário da CPA durante a Semana Pedagógica 2014.2, e incentivo à participação em atividades que promovam à qualidade de vida dos servidores, de acordo com o seguinte comentário:

Apesar da melhora quanto ao relacionamento profissional, ético e interpessoal entre gestores, coordenadores e servidores, torna-se necessário a flexibilização no cumprimento da carga horária, maior apoio para a participação em eventos, além da efetivação de ações para a integração e desenvolvimento de atividades que promovam a qualidade de vida dos servidores. (RESPOSTA SUBJETIVA TAE).

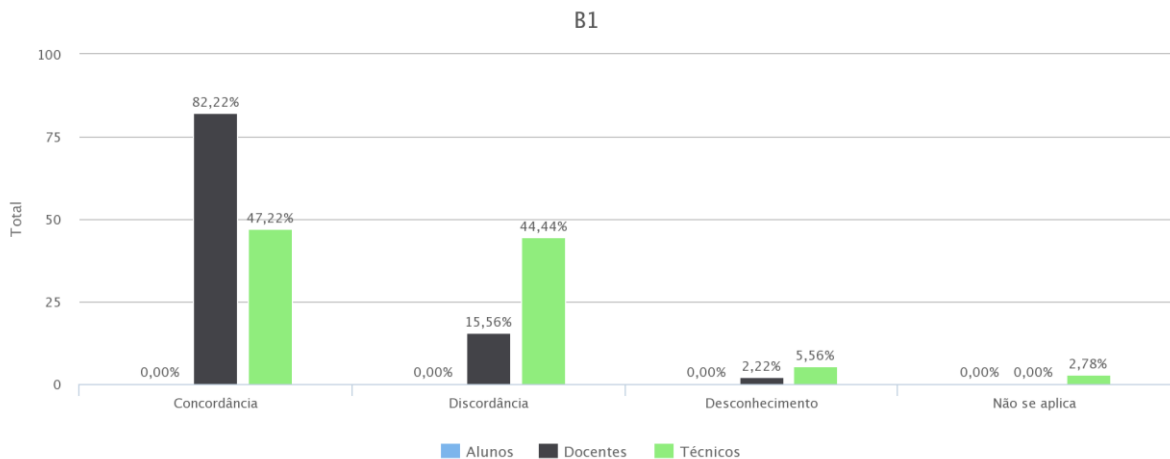
Quanto à sugestão do docente em que “as reuniões do colégio gestor fossem divulgadas e abertas para participação de qualquer pessoa interessada”, o Regimento Geral do IFRN, aprovado pela Resolução nº. 15/2010-CONSUP/IFRN, de 29/10/2010, na seção V sobre o funcionamento geral dos órgãos colegiados, em seu artigo nº 29 diz que:

As reuniões dos colegiados são abertas a servidores, pais ou responsáveis e estudantes do Instituto, que podem participar como ouvintes, mediante requerimento à Presidência do colegiado com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

Isso significa que qualquer interessado em participar dessas reuniões pode solicitar, oficialmente, e estar presente como ouvinte. Para tanto, faz-se necessário que o Colégio Gestor divulgue seu calendário de reuniões para toda a comunidade acadêmica e externa, de modo a permitir que o interessado possa se manifestar em tempo hábil. Além disso, sugere-se que o Colégio Gestor, logo após suas reuniões, apresente o resumo das deliberações para os servidores nas reuniões administrativas e pedagógicas.

3.2 DIMENSÃO B – ORGANIZAÇÃO, GESTÃO, PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

B1 – A política de Pessoal e de Carreira do IFRN atende às necessidades dos docentes/técnico-administrativos.

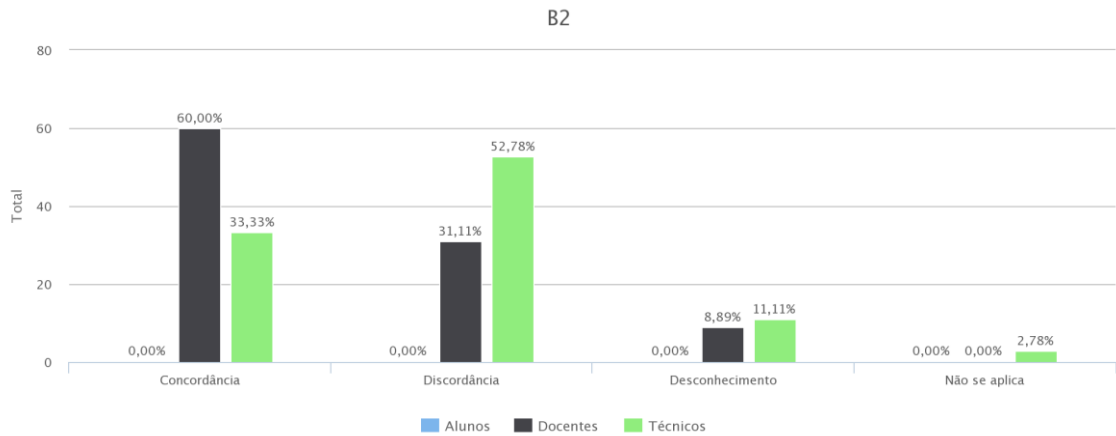


Os gráficos evidenciam a concordância dos docentes em 82,22% demonstrando que estes consideram que a política de pessoal e de carreira do IFRN atende às suas necessidades.

Para os técnicos, os dados apontam discordância em 44,44%. A divergência de opiniões entre os dois segmentos pode estar relacionada ao fato de que o plano de carreira para estes servidores são distintos, não correspondendo, portanto, às expectativas dos técnicos.

Nessa questão, houve aumento no grau de concordância dos docentes em aproximadamente 18% e manteve-se o grau de discordância dos técnicos. Acredita-se que esse fato acontece pelo mesmo motivo mencionado no Relatório da Autoavaliação (2013, p. 24): “Enquanto para os docentes há facilidade para afastamento para qualificação/capacitação, para o segmento TAE há entraves que dificultam este processo, desestimulando-os a buscar este direito”.

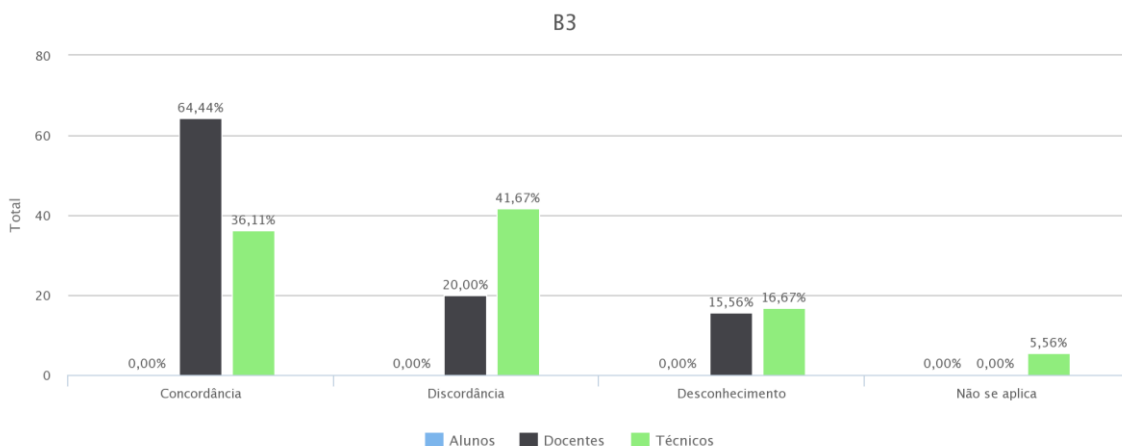
B2 – A política de capacitação/qualificação da Instituição para os docentes/técnico-administrativos é adequada.



Analisando o gráfico, observa-se que 60% dos docentes concordam que a política de capacitação/qualificação da instituição para esse segmento é adequada. Diferentemente dos técnicos, em que 52,78% discordam. Aparentemente, essa divergência de opiniões pode estar relacionada ao fato da dificuldade já citada de providenciar o afastamento dos técnicos, haja vista não ter concurso para substituto.

Observa-se que diminuiu o grau de concordância dos docentes em 4% e de discordância dos técnicos em 26%, comparando-se os resultados com a Autoavaliação de 2013. Destaca-se também o desconhecimento dos técnicos em 11,11%. Isso pode ter acontecido por causa dos servidores recém-empossados.

B3 – O incentivo/auxílio à participação em eventos científicos/técnicos/culturais, à capacitação (formação continuada) e à qualificação acadêmica do *Campus* são satisfatórios para o desenvolvimento de suas atividades.

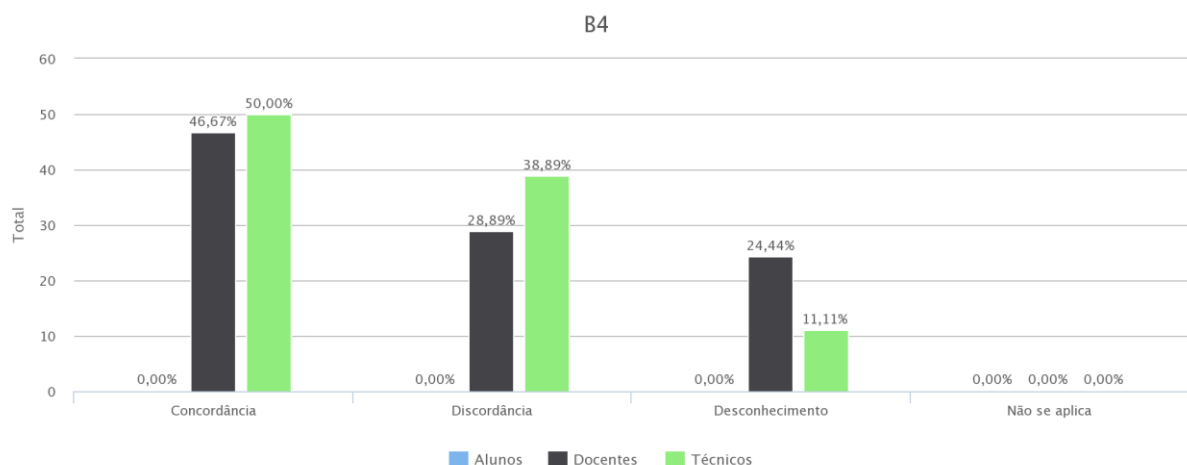


Observa-se que 64,44% dos docentes concordam que o incentivo/auxílio à participação em eventos científicos/técnicos/culturais, à capacitação (formação continuada) e à qualificação acadêmica do *Campus* são satisfatórios para o desenvolvimento de suas atividades. Diferentemente dos técnicos, que opinam desfavoravelmente quanto a essa questão (41,67% das respostas).

Quanto à Autoavaliação de 2013 houve uma mudança de percepção dos docentes nessa afirmativa, de discordância para concordância de acordo com a metodologia utilizada neste relatório para interpretação dos dados. Em relação aos TAEs, diminuiu o grau de discordância de 79,31% para 41,67%. Ressalta-se que, em 2013 não havia percentual considerável de desconhecimento em ambos os segmentos (docentes – 2,38% e técnicos – 0%), diferente em 2014, elevando o índice de 15,56% para os docentes e 16,67% para os técnicos.

Esses dados revelam que persiste a necessidade de discutir a política de incentivo à participação dos técnicos em eventos científicos/técnicos/culturais, à capacitação e à qualificação acadêmica no âmbito institucional, “contribuindo para que todos os servidores possam usufruir do direito à qualificação profissional, conforme artigo 96-A, § 2º, da Lei 8.112 de 11 de dezembro de 1990”. (RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO, 2013, p. 25).

B4 – O instrumento de avaliação de desempenho funcional é adequado.

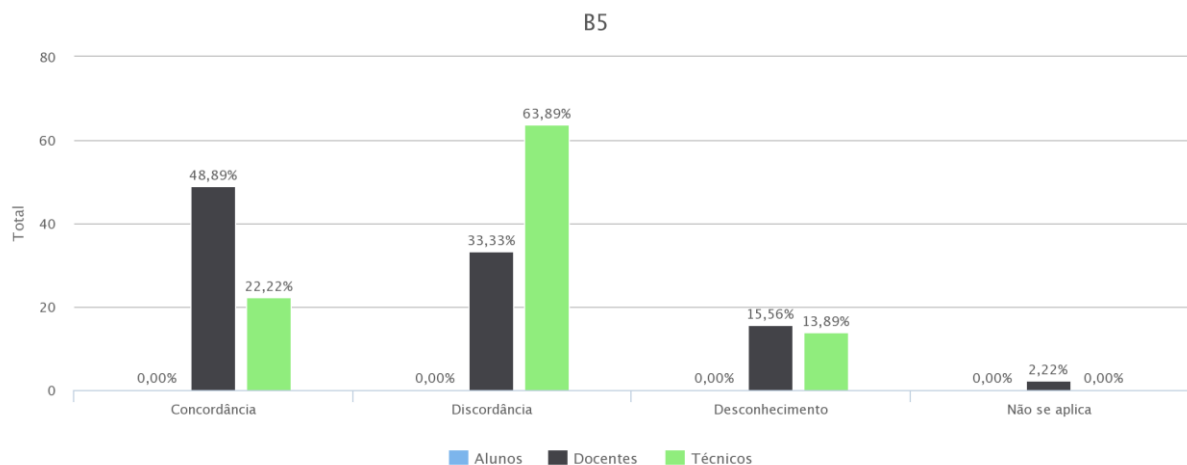


Nesta questão, a opinião dos docentes diverge quando questionados se o instrumento de avaliação de desempenho funcional é adequado: 46,67% de concordância, 28,89% de discordância e 24,44% de desconhecimento. Os técnicos

apesar de haver concordância em 50% dos respondentes existem uma discordância em 38,89%. Importante também observar é o índice de desconhecimento em 11,11% das respostas.

Em relação à Autoavaliação de 2013, diminuiu o grau de discordância dos docentes em 14% e dos técnicos em 13%, aproximadamente, e aumentou o do desconhecimento dos docentes em 13%, o que pode estar relacionado à posse de novos servidores. Esses dados mostram que ainda há necessidade de discutir esse instrumento nos *Campi*, tendo em vista sua reformulação de forma democrática como aponta o Relatório de Autoavaliação 2013.

B5 – A política de assistência e melhoria da qualidade de vida dos docentes/técnico-administrativos do *Campus* é satisfatória.

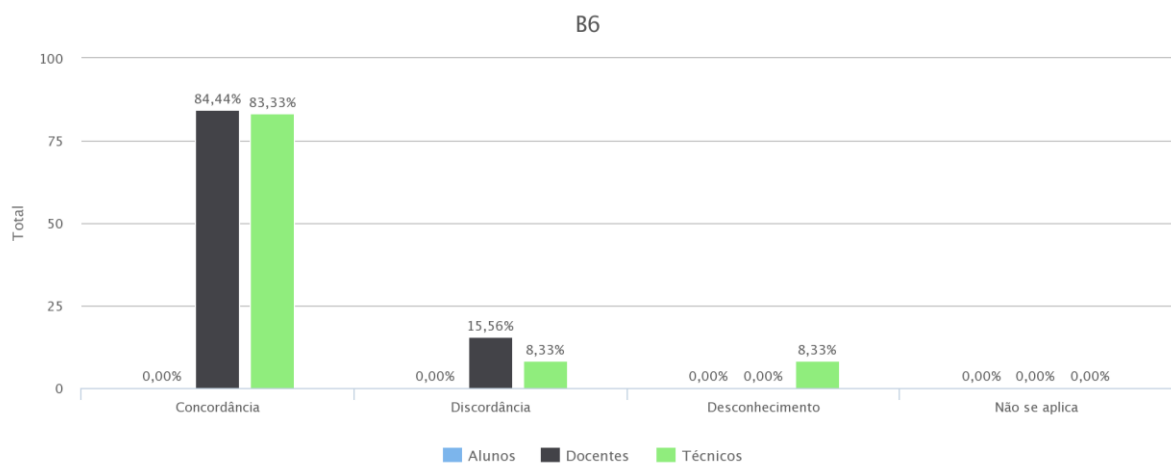


O gráfico evidencia que existe por parte dos docentes um desconhecimento em 15,56% sobre a política de assistência e melhoria da qualidade de vida dos docentes/técnico-administrativos do *Campus*, e uma discordância dos técnicos em 63,89%. Destaca-se ainda quanto aos docentes uma divergência de opiniões nas opções de concordância e discordância, bem como um percentual de 2,22% com resposta “não se aplica”.

Nessa afirmativa, houve diminuição no grau de discordância dos docentes de 56,10% em 2013 para 33,33% em 2014 e de 93,10% para 63,89% dos técnicos. Esse resultado pode estar relacionado ao fato de que teve início, no *Campus*, projetos com tais objetivos como jogos dos servidores, apresentação de propostas da Comissão de Qualidade de Vida na Reunião Pedagógica e a conclusão do

Parque poliesportivo, propiciando horários destinados às práticas esportivas para os servidores, dentro da carga horária, prevista no art. 5º da Resolução nº 16/2014-CONSUP, de 24/07/2014, que será ainda efetivado mediante aprovação de projeto de Qualidade de Vida no Trabalho e Promoção à saúde no *Campus*. (EDITAL Nº. 01/2014-COASS/IFRN).

B6 – As reuniões pedagógicas, administrativas e de grupos constituem-se como espaço formativo para os servidores.



Ambos os segmentos concordam que as reuniões pedagógicas, administrativas e de grupos constituem-se como espaço formativo para os servidores, pois o gráfico evidencia isso para os docentes em 84,44% e os técnicos concordaram em 83,33%.

Destaca-se que, em relação a 2013, houve aumento no grau de concordância de 64,29% para 84,44% dos docentes. E quanto aos técnicos a mudança foi de 34,48% para 83,33%. Este fato pode estar relacionado à aprovação das sugestões apontadas no Relatório de Autoavaliação 2013 quanto à sistematização das reuniões para os Técnicos administrativos que acontecem, quinzenalmente entre os pares e, mensalmente com a Gestão. Nesse aspecto, o TAE comenta “as reuniões dos técnicos, destes com a gestão e as pedagógicas-administrativas foram um marco efetivado através da Autoavaliação 2013”.

Além disso, foi aberta a Reunião Pedagógica para todos os servidores, sendo enviada a pauta para os e-mails e, conforme o assunto do interesse do técnico, o mesmo decide participar ou não da reunião. Quanto aos docentes, infere-se que,

como vêm acontecendo, com o apoio da gestão, desde 2013 a partir das considerações na Autoavaliação de 2012, a Reunião Administrativa com a gestão ocorre de forma intercalada com a Reunião Pedagógica, na qual é mediada pela ETEP, abordando questões eminentemente pedagógicas.

B7 – Caso considere oportuno, deixe aqui alguma(s) crítica(s) e/ou sugestão(ões) acerca dos aspectos avaliados nesta dimensão.

Pode-se perceber pelas respostas subjetivas que existe um descontentamento com relação à comissão formada para a avaliação e construção do plano de carreira, não atendendo às expectativas dos servidores na opinião de um docente. Outro item evidenciado nas respostas dos dois segmentos com relação à capacitação é que outro docente critica o número de vagas disponíveis para o afastamento, enquanto que três técnicos comentaram a dificuldade em afastar-se, conforme a citação abaixo:

As comissões formadas para avaliação e construção de planos de carreira para os docentes, na maioria das vezes, não representam adequadamente os desejos dos docentes, não apresentando, portanto, uma boa representação da categoria. Além disso, os prazos de discussões das decisões a serem tomadas são muito curtos, e a forma como é feita também não é adequada. Na minha opinião, essas questões deveriam ser mais amplamente discutidas. (RESPOSTA SUBJETIVA DOCENTE).

A política de Pessoal e de Carreira atende às necessidades dos docentes, porém deixa muito a desejar para os Administrativos. Uma das sugestões é a possibilidade de se contratar técnicos substitutos, pois muitas solicitações para mestrado e doutorado são inviabilizadas por falta de pessoal para atender a demanda dos setores. (RESPOSTA SUBJETIVA TAE).

Ressalta-se a preocupação de docentes e técnicos em relação ao clima organizacional, sugerindo momentos de integração e uma gestão com interesse no bem estar dos servidores. Além disso, um docente e um técnico mencionaram a questão de capacitação para gestores, docentes e técnicos, sugerindo:

Sugiro que quando um servidor assumir um cargo de confiança, ele possa passar por treinamentos específicos no seu setor. Quem ministraria o treinamento seria seu antecessor. Deveria passar pelo menos 15 dias juntos para que todas as tarefas fossem apreendidas. Sugiro também que cada pró-reitoria faça um cronograma de reciclagem dos seus coordenadores em cada Campus para que possa unificar as atividades. (RESPOSTA SUBJETIVA DOCENTE).

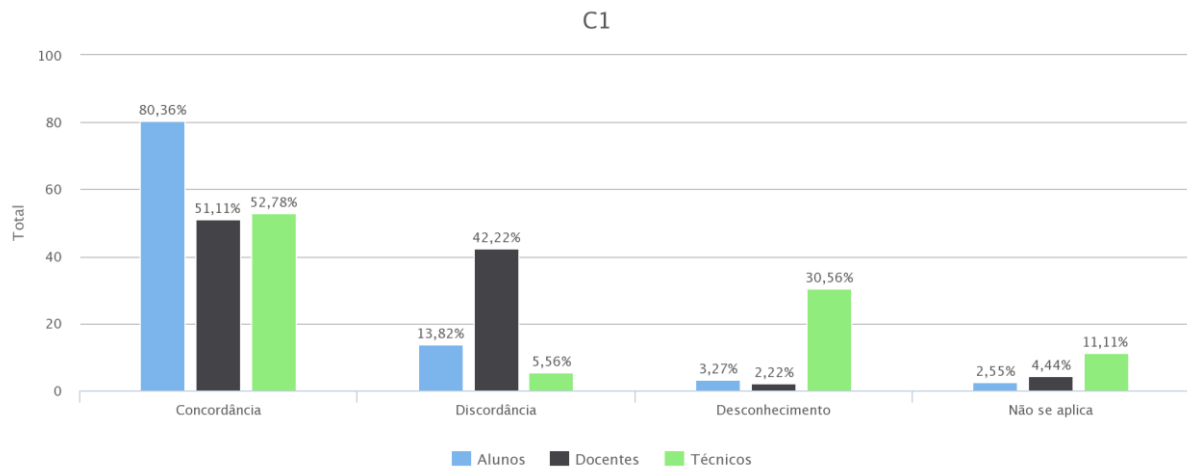
Criar um programa de capacitação interna objetivando que os técnico-administrativos, SEMPRE que forem alocados em um novo setor (ex:

Protocolo, Gestão de Pessoas, Administração, Secretaria Acadêmica, etc.), recebam treinamentos específicos, com apostilas e instrutores capacitados (após seleção pública e transparente) exatamente para essa função. Este programa proposto deve ser ampliado para capacitações permanentes, sempre que novas rotinas de trabalho forem sendo aprimoradas. Promover que os docentes recebam capacitação didático-pedagógica permanente, especialmente os professores vindo dos cursos de engenharia, onde a formação docente inexistente. (RESPOSTA SUBJETIVA TAE).

Assim, sugere-se oportunizar a todos os servidores sua formação continuada, apoiando projetos e programas que venham contribuir para sua qualificação e capacitação. Essa ação favorece o crescimento dos profissionais em educação que se comprometem com a função social do IFRN numa perspectiva democrática, humana, social, cultural, tecnológica e científica.

3.3 DIMENSÃO C – INFRAESTRUTURA PARA ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

C1 – Os laboratórios do *Campus*, aos quais tenho acesso, dispõem de instalações e equipamentos adequados às atividades de ensino, pesquisa e extensão.

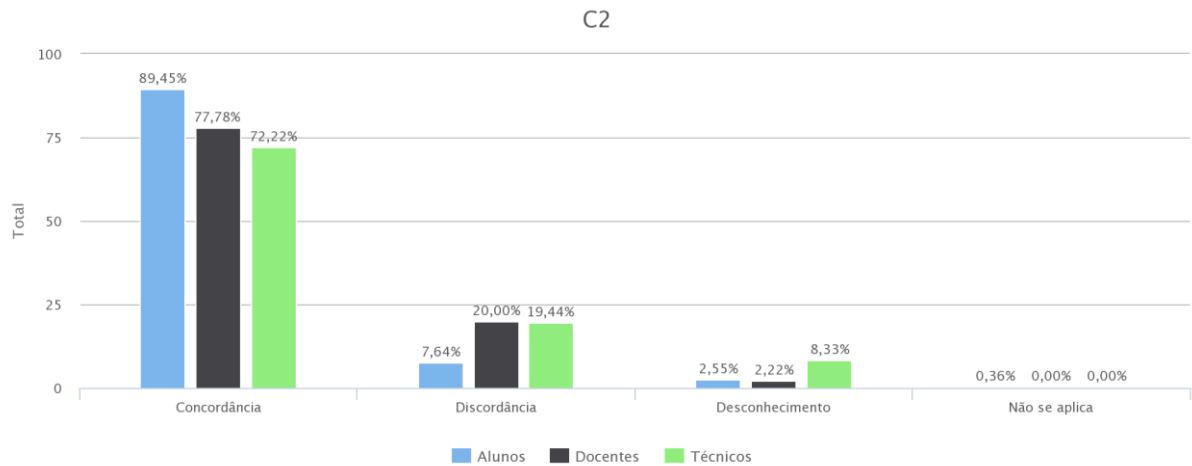


Nesse item, 51,11% dos docentes, 52,78% dos técnicos e 80,36% dos discentes concordam que os laboratórios dispõem de instalações e equipamentos adequados às atividades de ensino, pesquisa e extensão. Em relação à Autoavaliação 2013, houve melhoria nessa afirmativa nos três segmentos.

Com referência à Autoavaliação 2013, houve um decréscimo no percentual de discordância dos docentes, de 46,51% para 42,22%. Mesmo assim, esses dados revelam ainda a necessidade de equipar os laboratórios para atender as especificidades do ensino, da pesquisa e da extensão. Pode-se inferir que esse resultado pode ter sido motivado pelo fato dos laboratórios de vestuário e têxtil ainda estarem com suas obras inacabadas.

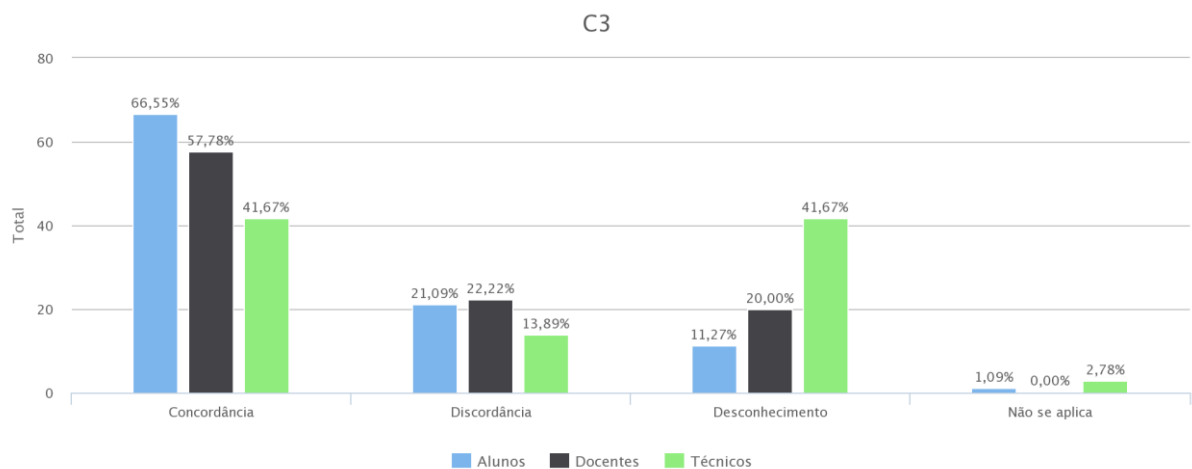
Observa-se ainda o desconhecimento de 30,56% dos técnicos, o que está relacionado conforme comentado no Relatório da Autoavaliação (2013, p. 32): “[...] a rotina de trabalho dos servidores, uma vez que os docentes atuam diretamente nos laboratórios e a maior parte dos técnicos, nos setores administrativos, não tendo contato direto com esses espaços”.

C2 – A biblioteca do *Campus* dispõe de instalações (dimensão, limpeza, acústica, iluminação, climatização, segurança, acessibilidade e conservação), equipamentos adequados e ambientes de estudos individuais e em grupo.



O gráfico mostra que 77,78% dos docentes, 72,22% dos técnicos e 89,45% dos discentes concordam que a biblioteca dispõe de instalações adequadas. Comparando com a Autoavaliação 2013, houve uma evolução positiva em aproximadamente 10% em todos os segmentos.

C3 – A biblioteca do *Campus* possui um acervo (físico e eletrônico) atualizado, em coerência com os Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) e em quantidade satisfatória para o desenvolvimento dos cursos.



Visualiza-se que 57,78% dos docentes e 66,55% dos discentes concordam que a biblioteca dispõe de um acervo atualizado, em coerência com os Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) e em quantidade satisfatória para o desenvolvimento dos cursos. Em relação à Autoavaliação 2013, enquanto houve uma diminuição no grau de concordância dos docentes, aumentou quanto aos discentes.

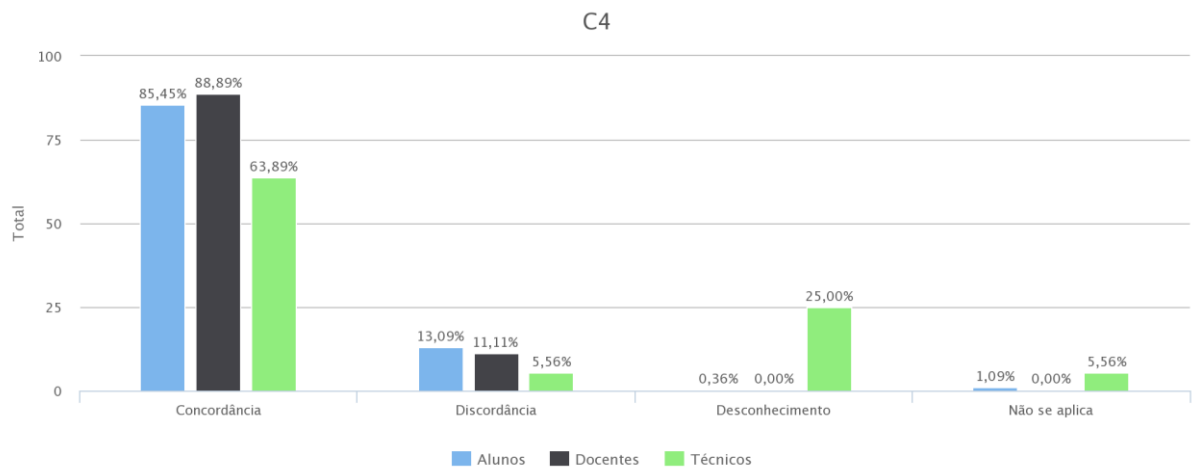
Inferre-se que este fato pode estar relacionado a vários fatores que motivaram os alunos a frequentarem mais a biblioteca, tais como: o Clube do Livro, criado em 2013 pelos professores de língua portuguesa.

Além disso, o aumento do acervo da biblioteca que, segundo informações da Bibliotecária do *Campus*, em 2013 era de 4.485 exemplares (livros, referências, folhetos, periódicos, DVDs, Monografias e Relatórios) e, em 2014 passou a ser de 8.751 livros, ou seja, um aumento de mais de 95% no acervo, bem como a descentralização da aquisição do acervo, desde 2013. Com isso, a solicitação dos exemplares e o acompanhamento do processo junto às empresas que ganharam a licitação são efetivados diretamente pelos servidores da Biblioteca, contribuindo para atualizar o acervo coerente com os PPCs.

Chama a atenção o desconhecimento de 20% dos docentes deste acervo. Isso mostra que precisam frequentar a biblioteca para que conheçam o acervo e indiquem livros para atualizá-lo, colaborando assim, com o planejamento anual a partir das necessidades acadêmicas.

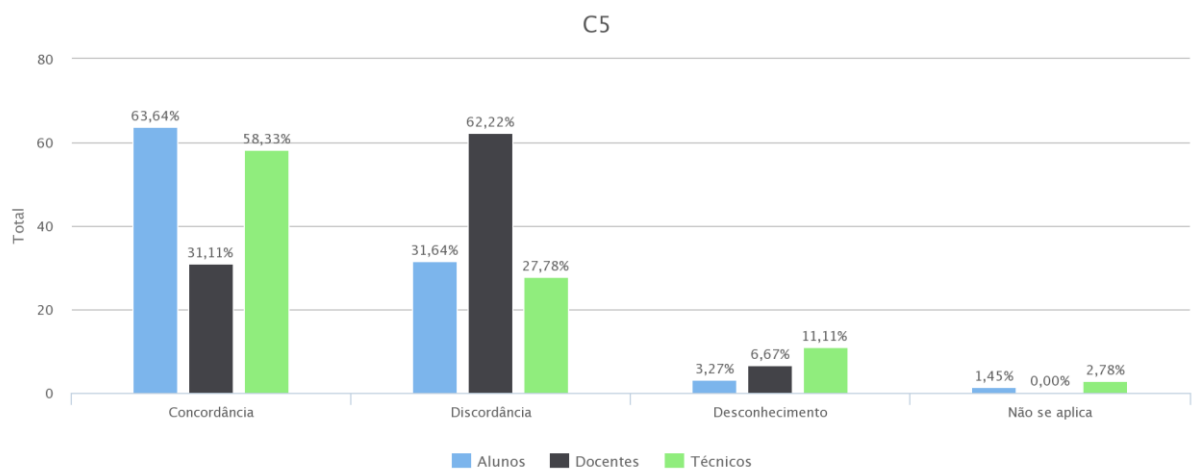
Para os técnicos-administrativos, houve uma concordância de apenas 41,67% (ainda menor que a concordância de 53,57% em 2013), bem como o mesmo percentual em desconhecimento, além de um percentual de 2,78% de “não se aplica”. Entende-se que esses percentuais são explicados pelo mesmo motivo abordado na Questão C1.

C4 – As salas de aula dispõem de instalações e equipamentos (acústica, iluminação, climatização, carteiras, equipamentos de multimídia, lousa) que atendem às necessidades dos professores e alunos.



Para 88,89% dos docentes, 63,89% dos técnicos e 85,45% dos discentes as salas de aula dispõem de equipamentos adequados e 25% dos técnicos desconhecem sobre essa afirmativa. Quanto à Autoavaliação de 2013, houve aumento do grau de concordância dos docentes em 16% e dos discentes em 4%.

C5 – A infraestrutura de informática (equipamentos, atualização de softwares, acesso à internet) atende às necessidades diárias do *Campus*.



Nessa afirmativa, 62,22% dos docentes discordam enquanto que 58,33% dos técnicos e 63,64% dos discentes concordam que a infraestrutura de informática atende às necessidades diárias do *Campus*. Comparando esses dados com a

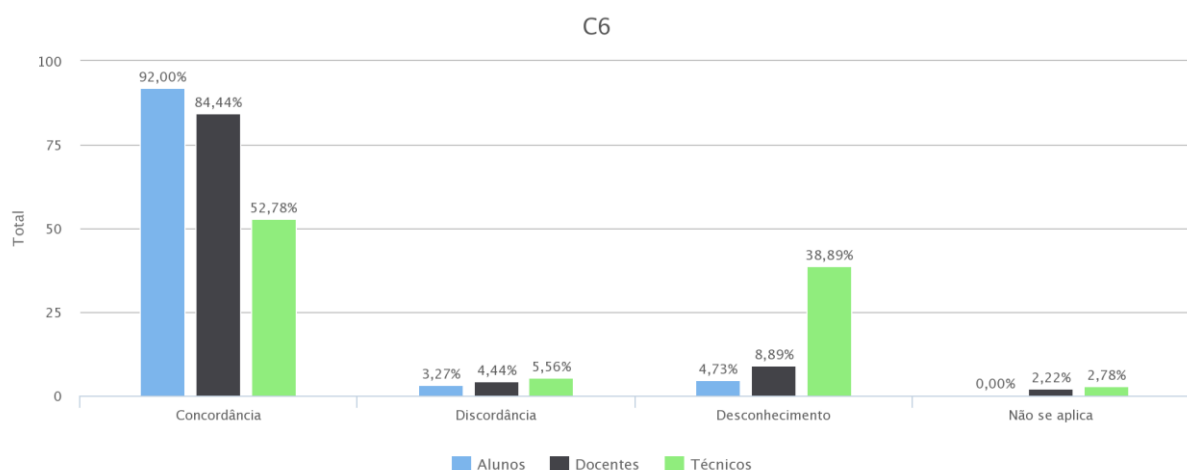
Autoavaliação 2013, aumentou o grau de discordância dos docentes, que era de 32,56%, ou seja, um aumento de aproximadamente 50%.

Essa discrepância pode estar relacionada ao fato dos docentes planejarem a utilização de programas específicos em suas áreas de atuação, porém não incluem as demandas dos recursos no planejamento anual. Além disso, as atividades são comprometidas por causa da dificuldade de acesso à internet ou possíveis limitações do sistema, como comentado pelo docente:

A infraestrutura de internet precisa ser melhorada pois passa por constantes quedas de rede e o sistema wi-fi não é eficiente. Além disso, não há internet no parque esportivo. Sugestão: investir em equipamentos de internet para melhorar a qualidade do serviço e a acessibilidade. (RESPOSTA SUBJETIVA DOCENTE).

Esse resultado mostra que a infraestrutura de informática ainda precisa melhorar para atender as necessidades diárias do *Campus* na era da tecnologia. Sugere-se, portanto, o planejamento semestral entre os docentes, técnicos de laboratórios e técnicos de TI para elaborarem o cronograma de softwares a serem instalados. Fica evidente, ainda, que é necessário um aumento no investimento em equipamentos de maior capacidade para atender as demandas do *Campus*.

C6 – A qualificação do quadro docente do *Campus* está coerente com as ações desenvolvidas quanto às atividades de ensino, pesquisa e extensão.

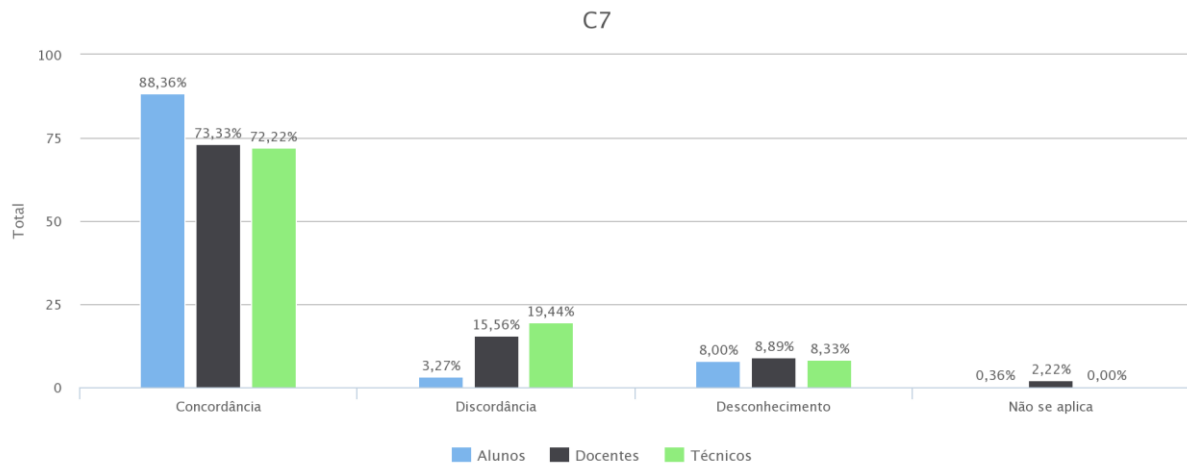


Observa-se que o grau de concordância nessa afirmativa é significativo. Os 84,44% dos docentes, 52,78% dos técnicos e 92% dos discentes concordam que o quadro docente do *Campus* está coerente com as ações desenvolvidas quanto às

atividades de ensino, pesquisa e extensão, havendo evolução positiva em relação à Autoavaliação 2013, em 7% para os docentes e 6% para os discentes.

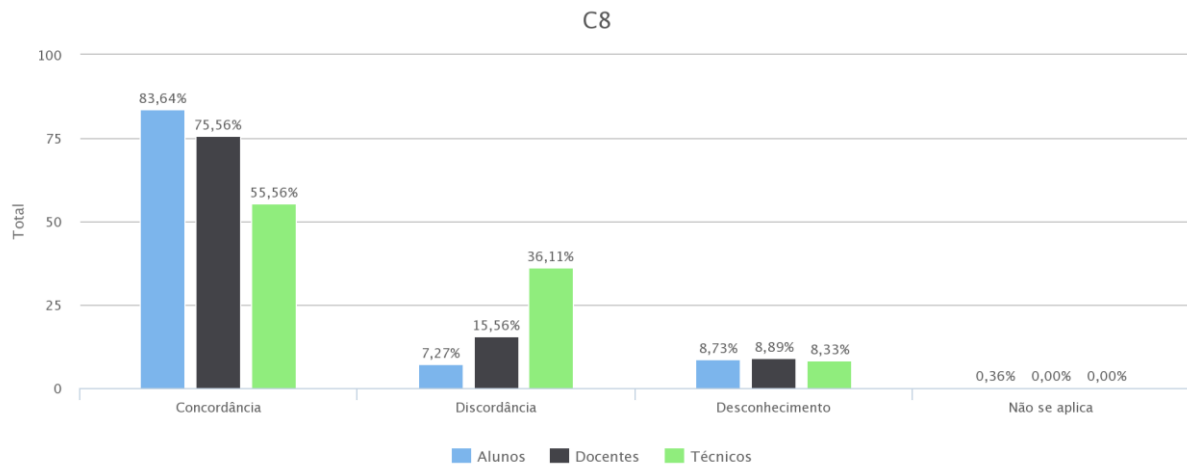
Destacam-se, nesses dados, o desconhecimento dos técnicos em 38,89%, podendo estar relacionado ao mesmo motivo citado na Questão C1. Ainda assim, enfatiza-se a importância do envolvimento dos TAEs nas atividades de ensino, pesquisa e extensão por meio da sua participação nas reuniões administrativas e pedagógicas, favorecendo a integração das atividades desenvolvidas no *Campus*.

C7 – O quadro de técnicos-administrativos é qualificado para apoiar as atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão do *Campus*.



Para 73,33% dos docentes, 72,22% dos técnicos e 88,36% dos discentes o quadro de técnicos-administrativos é qualificado para apoiar as atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão do *Campus*. Nessa afirmativa, houve um aumento no percentual de concordância em todos os segmentos em torno de 4%, 8% e 10%, respectivamente, em relação à Autoavaliação 2013.

C8 – O quadro de pessoal terceirizado atende às necessidades do *Campus*.

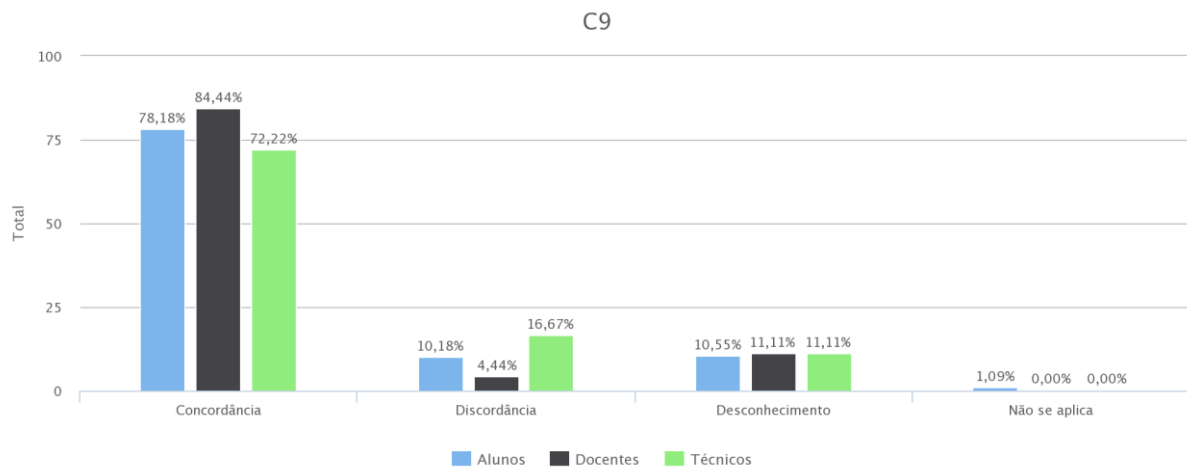


Quanto ao quadro de pessoal terceirizado, 75,56% dos docentes, 55,56% dos técnicos e 83,64% dos discentes concordam que atende às necessidades do *Campus*. Em relação à Autoavaliação 2013, houve um decréscimo no grau de concordância de aproximadamente 20% para docentes e técnicos, embora, para os discentes tenha aumentado em 13%. O docente afirma que:

O quadro de terceirizados foi reduzido para poucos ASG's, o que está prejudicando a manutenção da limpeza das salas de aula, corredores e salas administrativas. Os trabalhos dos terceirizados muitas vezes é corrido em virtude da quantidade de serviço, deixando o trabalho a desejar.

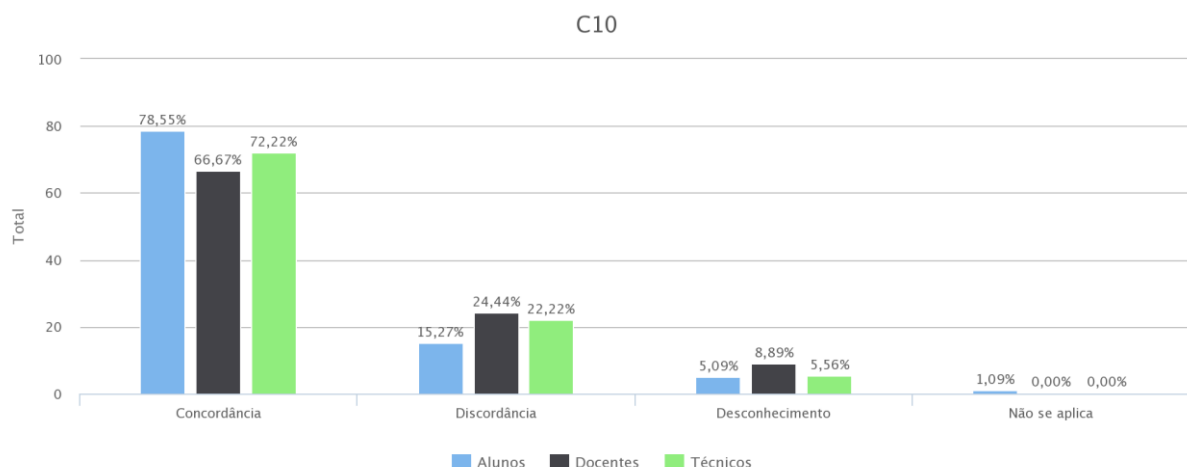
Nesta afirmativa destaca-se ainda o acréscimo de discordância entre os técnicos de 13,28% em 2013 para 36,11% em 2014. Infere-se que este fato pode estar relacionado à sujeira, em alguns horários específicos, observada em alguns setores do *Campus* (como por exemplo, no complexo poliesportivo e no auditório, bem como em corredores, salas de aula e banheiros), que pode estar relacionada ao aumento da demanda física em virtude da conclusão do parque poliesportivo e do bloco de aulas D, enquanto que a quantidade de terceirizados permaneceu a mesma. Para suprir as demandas existentes, sugere-se um aumento dos postos de trabalho de terceirizados, em especial, ASGs.

C9 – O *Campus* disponibiliza uma boa estrutura de transporte para viagens a serviço, visitas técnicas e aulas de campo.



Para 84,44% dos docentes, 72,22% dos técnicos e 78,18% dos discentes o *Campus* disponibiliza uma boa estrutura de transporte para viagens a serviço, visitas técnicas e aulas de campo. Houve evolução positiva nos três segmentos em relação a 2013, destacando o aumento de aproximadamente 14% para os docentes.

C10 – O serviço de manutenção da infraestrutura é eficiente e contribui para o bom funcionamento do *Campus*.



Quanto ao serviço de manutenção da infraestrutura, 66,67% dos docentes, 72,22 % dos técnicos e 78,55% dos discentes concordam que é eficiente e contribui para o bom funcionamento do *Campus*. Comparando com a Autoavaliação 2013, observa-se o decréscimo, do segmento docente, de discordância de 41,86% para 24,44%.

C11 – Caso considere oportuno, deixe aqui alguma(s) crítica(s) e/ou sugestão(ões) acerca dos aspectos avaliados nesta dimensão.

Diante da análise das questões subjetivas, observa-se que os docentes, discentes e técnicos apontam para a necessidade de ampliação do acervo bibliográfico e da infraestrutura da biblioteca, disponibilizando ambiente para estudo em grupo; Há sugestões de melhoria do serviço de internet e da infraestrutura dos laboratórios, principalmente os de manutenção e de redes, que foram citados em mais de um comentário pelos discentes. Foi sugerida a construção de espaços apropriados para a pesquisa e extensão, além do laboratório de artes. Sob esse aspecto, o docente comenta:

O IFRN não dispõe de espaço específico para o desenvolvimento das atividades de pesquisa e extensão. Alguns projetos maiores conseguem espaço físico, mas os menores não têm nem computador para pesquisa. Propõe-se que seja providenciado um laboratório de pesquisa, um espaço que contenha computadores, mesas de trabalho e de reunião, um quadro branco, etc., para apoio aos projetos de pesquisa e extensão em andamento.

Em outros comentários, sugerem-se a melhoria da manutenção corretiva dos condicionadores de ar e, dentre esses, o docente menciona melhorias na logística para solicitação e execução de serviços: “tentou-se implantar um formulário, mas sem sucesso. Deve-se pensar em outra forma para que as solicitações de serviços sejam registradas e organizadas por ordem de chegada/prioridade”.

Quanto ao transporte um docente comenta que “fica inviável utilizar-se de uma transit que comporta apenas 10 ocupantes ou o ônibus que comporta 46 para uma turma de 15 ou 20 indivíduos. Fica a sugestão por um micro ônibus”, enquanto outro afirma que “a infraestrutura de transporte carece de mão-de-obra, pois apenas dois motoristas não atendem às demandas do instituto. Sugere-se que seja previsto em contrato a contratação TEMPORÁRIA de motorista para prestar serviço eventual, quando houver muita demanda no Campus”.

Destaca-se nas questões subjetivas dos discentes da Licenciatura em Física a reivindicação do benefício da alimentação. Nessa questão, a Lei nº 11.947/2009 deixa bem claro que têm direito à alimentação escolar os alunos matriculados na educação básica pública oferecida em creches e pré-escolas, no ensino fundamental e médio e em estabelecimentos mantidos pela União, e ainda das escolas indígenas

e quilombolas. Portanto, os alunos da Educação Superior não são contemplados por este benefício.

Quanto às viagens de campo, os discentes mencionaram que o valor das diárias não é suficiente para hospedagem e alimentação. Ponto mencionado também no Relatório de Autoavaliação 2013 pelos docentes. Para esse fato, existe uma legislação que estabelece os valores e, quando não consegue cobrir as despesas, o *Campus* utiliza estratégias de articulação com a Assistência Estudantil para incremento desses valores.

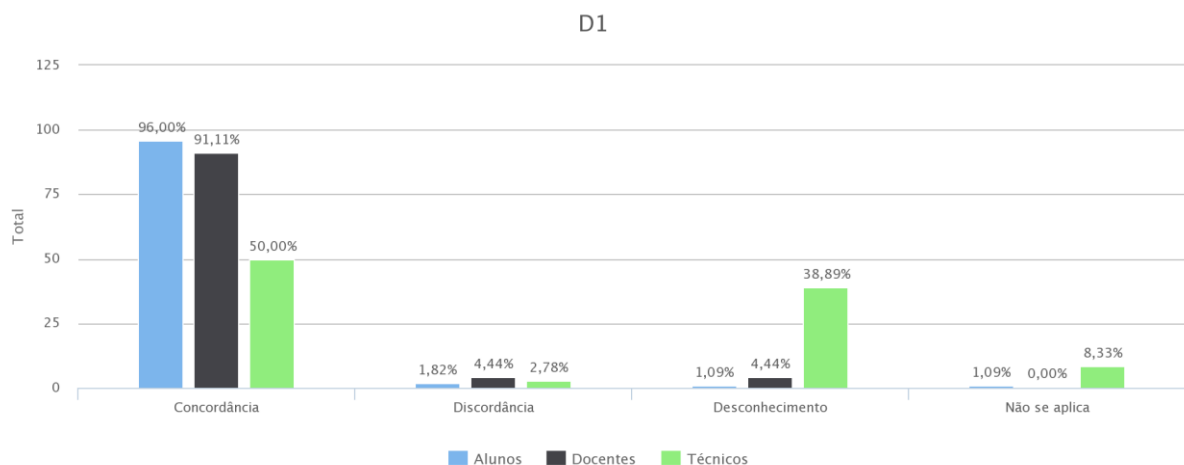
Outro discente comentou sobre a vestimenta dos estudantes que ficam para o contra turno. Nesse caso, existe a necessidade de definir a vestimenta mais adequada para os alunos permanecerem no espaço escolar, como, por exemplo, estabelecer o comprimento de saias, bermudas, decotes, entre outros.

O discente da Licenciatura em Física chamou atenção sobre o funcionamento da gráfica, pois na maioria das vezes que precisa está fechada. Sugere-se solicitar à empresa que cumpra o horário que foi acordado com a gestão, divulgando para os alunos.

Em relação à Autoavaliação de 2013, percebe-se que foi atendida a solicitação da instalação de uma gráfica no *Campus* para suprir a demanda dos alunos. Enfatiza-se ainda a sugestão que estão nos Relatórios de 2012 e 2013 quanto à criação da rádio escola, contribuindo para melhorar o fluxo das informações.

3.4 DIMENSÃO D – ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E ASSISTÊNCIA AOS ESTUDANTES E EGRESSOS

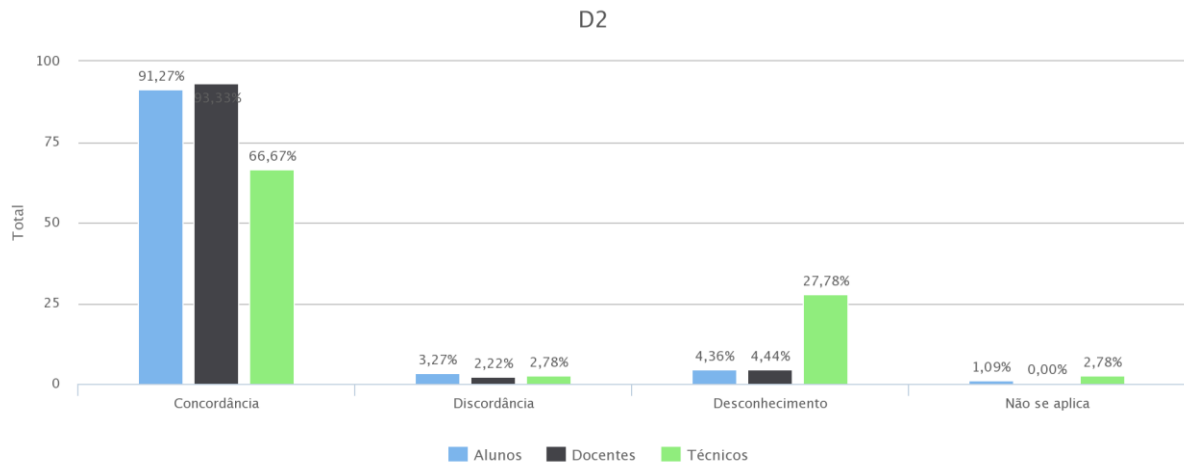
D1 – A prática pedagógica docente (planejamento didático, aulas teóricas e práticas, visitas técnicas, uso de tecnologias de informação e comunicação, etc.) relativa ao ensino contribui para a educação integrada (formação profissional e cidadã) oferecida pela instituição.



No gráfico acima se observa a concordância de 96% dos discentes e 91,11% dos docentes quanto à contribuição da prática pedagógica docente relativa ao ensino para a educação integrada. Com relação à Autoavaliação 2013, houve um aumento significativo de concordância por parte dos docentes (cerca de 20%) e dos discentes (12%).

Quanto aos técnicos-administrativos, os dados mostram desconhecimento por parte deles (38,89%). Acredita-se que esse resultado se deve ao fato dessa afirmação ser específica à prática pedagógica em sala de aula, realidade a que os TAES não têm acesso rotineiramente.

D2 – O acompanhamento pedagógico (Conselhos de classe, colegiados de cursos, orientação educacional, apoio pedagógico, etc.) desenvolvido no *Campus* contribui para o desenvolvimento curricular e a aprendizagem do estudante.



Todos os segmentos (91,27% dos discentes, mais de 93% dos docentes e 66,67% dos técnicos) concordam que o acompanhamento pedagógico desenvolvido no *Campus* contribui para o desenvolvimento curricular e a aprendizagem do estudante. Comparando esses resultados com os da Autoavaliação 2013, percebe-se um aumento no grau de concordância em todos os segmentos: 13,53% para discentes; 14,26% para docentes; e 20,24% para técnicos.

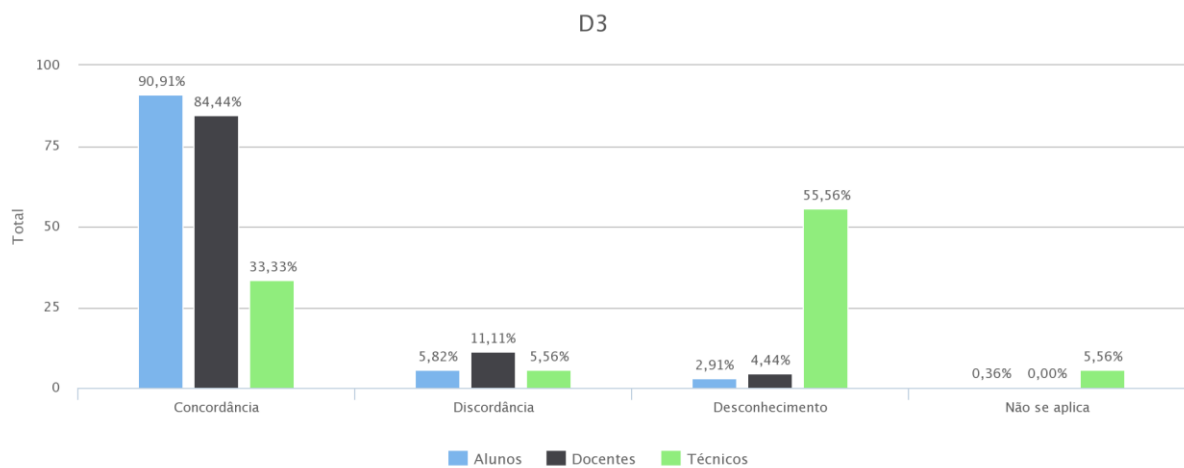
Inferese-se que essa evolução ainda seja reflexo de ações propostas desde o Relatório 2012 e observadas na Autoavaliação 2013 (p. 51), “dentre elas uma reformulação, dentro dos limites regimentais, do Conselho de Classe, em que a Pedagogia passou a acompanhar o processo a partir das reuniões entre os alunos nas salas de aula”.

Neste aspecto, destaca-se o relato discente:

Em relação ao conselho de classe, gostaria de destacar que a prática do mesmo é de grande importância para a formação do aluno, pois durante os encontros aprendemos o poder do diálogo, como podemos por meio dele resolver problemas e crescer, um crescimento, não só individual, mas também coletivo. Além disso, tanto no conselho como nessa autoavaliação, nos é mostrado a importância de nossa participação para o desenvolvimento e na manutenção da grande Instituição que é o IFRN, de maneira geral, embora no meu caso focada no Campus Caicó, que é onde estou inserida.

Percebe-se, ainda, que quase 28% dos técnicos afirmam desconhecimento e aproximadamente 3% escolheram a opção “não se aplica”. Esse fato deve-se ao mesmo motivo já mencionado na primeira questão desta dimensão e em questões de outras dimensões deste Relatório. Mesmo com esse resultado, ainda se observa uma redução no percentual de desconhecimento entre os técnicos, que em 2013 era de 42,86%.

D3 – Os procedimentos de avaliação do estudante e de acompanhamento das atividades acadêmicas podem ser considerados como adequados.



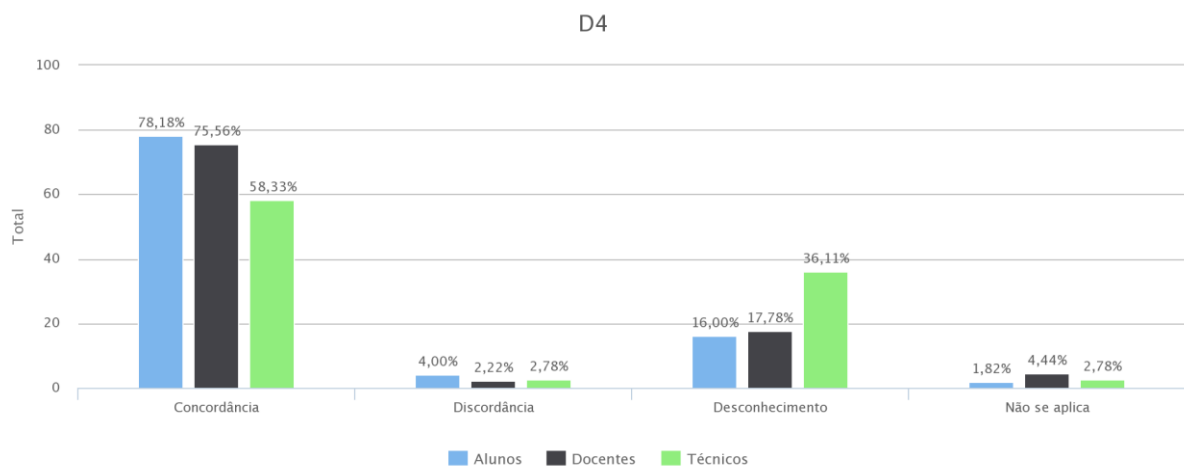
Para 90,91% dos discentes e 84,44% dos docentes, os procedimentos de avaliação do estudante e de acompanhamento das atividades acadêmicas podem ser considerados como adequados. Constata-se um pequeno aumento de 8,58% na concordância de discentes, quando comparados aos resultados de 2013, enquanto que o percentual de concordância entre os docentes apresentou um aumento de menos de 1%.

Como já mencionado no Relatório (2013, p. 52), esse quadro de aprovação pode ser compreendido como resultado da inserção de temas de cunho pedagógico nas reuniões semanais, tais como avaliação, planejamento, metodologia, relação professor-aluno, dentre outros.

Quanto aos técnicos-administrativos, percebe-se um alto índice de desconhecimento (55,56%) quanto ao cerne dessa questão e atribui-se a isso, além

do fato desta não ser prática rotineira entre os TAEs, à ausência dos técnicos nas reuniões pedagógicas, nas quais são discutidos os temas supramencionados.

D4 – Os programas do IFRN relativos à pesquisa e inovação (programa de iniciação científica, programas de publicação e de formação de recursos humanos – PFRH – MINTER – DINTER – Cooperações internacionais) favorecem a qualidade da formação do estudante e o desenvolvimento institucional.



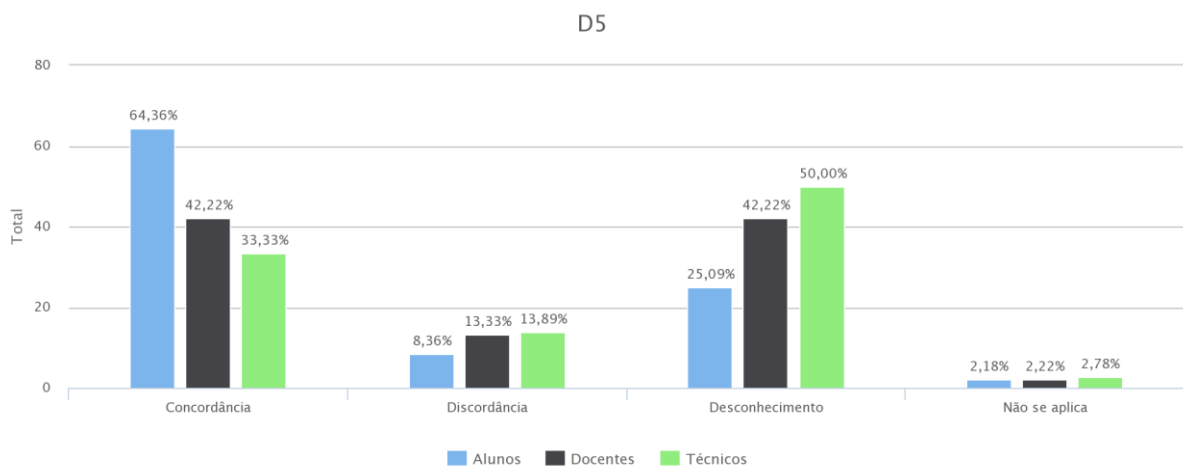
Há uma concordância entre todos os segmentos (78,18% dos discentes; 75,56% dos docentes; e 58,33% dos técnicos) quanto ao favorecimento da qualidade da formação do estudante e do desenvolvimento institucional através dos programas do IFRN relativos à pesquisa e inovação. Quando comparados aos resultados da Autoavaliação 2013, a variação no percentual dos segmentos de discentes, docentes e técnicos foi imperceptível.

Observa-se, porém, que houve um aumento no grau de desconhecimento nos três segmentos, quando comparados aos resultados da Autoavaliação 2013. O nível de desconhecimento aumentou de 10,28% para 16% entre os discentes; de 4,65% para 17,78% entre os docentes; e de 25% para 36,11% entre os técnicos.

O Relatório da Autoavaliação 2013 afirma que o alto índice de desconhecimento dos técnicos aponta, novamente, para o fato de que boa parte deles não participa das atividades acadêmicas dos discentes em função de suas atribuições no ambiente de trabalho.

Entretanto, preocupa o fato dos discentes e docentes desconhecerem os programas do IFRN relativos à pesquisa e inovação. Ressalta-se, portanto, a importância de ações para uma divulgação mais ampla e transparente desses programas entre todos os segmentos.

D5 – As ações de parcerias (convênios, acordos e contratos) firmadas no seu *Campus* com o setor produtivo público e privado, e outras iniciativas de empreendedorismo (incubação tecnológica, empresas juniores, premiações de incentivo ao espírito empreendedor dos alunos) são eficientes.



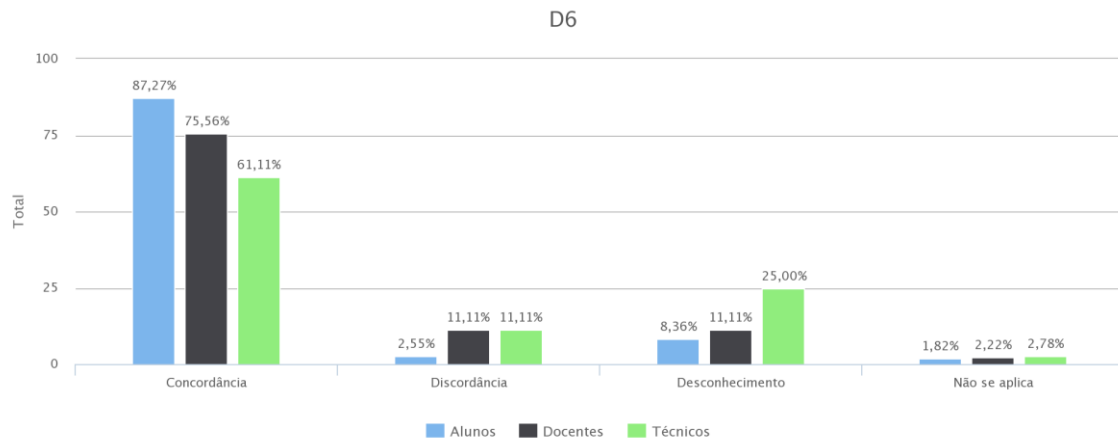
De acordo com os critérios estabelecidos para análise dos dados das questões objetivas, descritos na metodologia deste Relatório, apenas o segmento discente concorda que as ações de parcerias firmadas no *Campus* com o setor produtivo público e privado, e outras iniciativas de empreendedorismo sejam eficientes. Percebe-se, portanto, um alto índice de desconhecimento (acima de 15%) em todos os segmentos: 25,09% dos discentes, mais de 42% dos docentes e 50% dos técnicos. Na Autoavaliação 2013, também foi identificado alto índice de desconhecimento: 33,22% dos discentes; 27,91% entre os docentes; e 39,29% dos técnicos.

Acredita-se que esse fato acontece pelo mesmo motivo mencionado no Relatório da Autoavaliação (2013, p. 57):

A partir dos resultados obtidos, pode-se inferir que esse fato acontece em função dessas parcerias não serem amplamente divulgadas à comunidade acadêmica. Propõe-se, portanto, que tais ações sejam divulgadas nos

meios de comunicação institucionais, destacando estas parcerias com o objetivo de que todos os segmentos possam se envolver, participar, apresentar propostas e contribuir para o fortalecimento da relação entre o IFRN e a sociedade civil.

D6 – As atividades de extensão desenvolvidas pelo *Campus* propiciam a transferência de conhecimento e tecnologia para a comunidade em termos sociais, artísticos, culturais, desportivos, prestação de serviços e cooperação técnica.



Todos os segmentos (87,27% dos discentes; 75,56% dos docentes; e 61,11% dos técnicos) concordam que as atividades de extensão desenvolvidas pelo *Campus* propiciam a transferência de conhecimento e tecnologia para a comunidade em termos sociais, artísticos, culturais, desportivos, prestação de serviços e cooperação técnica. O resultado de concordância dos discentes e docentes manteve-se desde a Autoavaliação 2013, registrando-se ainda um aumento significativo em ambas as categorias (15,74% e 10,44% para os discentes e docentes, respectivamente).

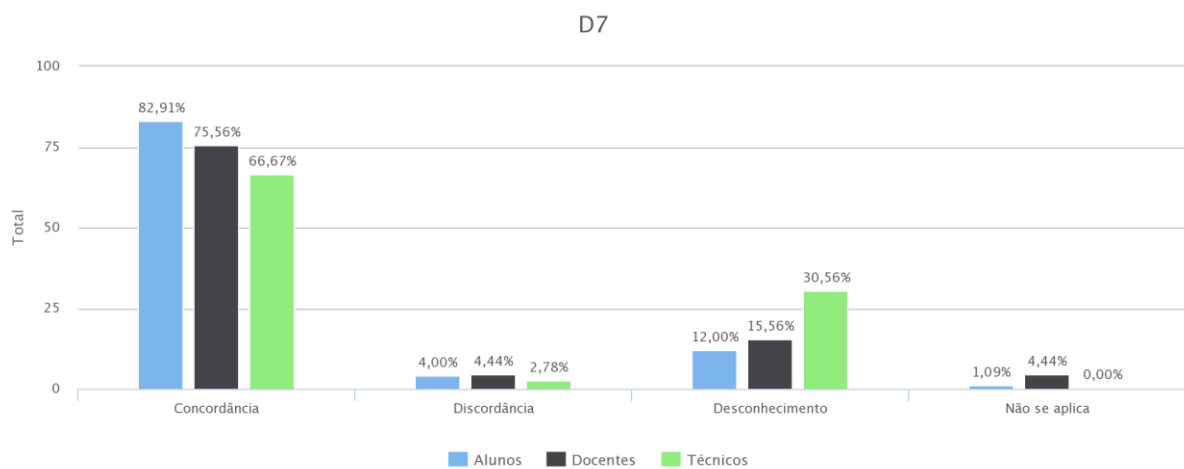
Atribui-se a esse nível de concordância, assim como o aumento percentual dessa opção em todas as categorias, à realização da Exposição Científica, Tecnológica e Cultural (EXPOTEC) no ano de 2014, bem como à iniciativa da Coordenação de Extensão do *Campus* Caicó (COEX), em virtude dos resultados apresentados no Relatório 2013, de divulgar os projetos de extensão em redes sociais, no site oficial do IFRN Caicó, nos murais e em reunião pedagógica específica para este fim.

Apesar dessa concordância majoritária, mais uma vez o segmento TAE registra um número significativo de respostas (25%) que apontam para um desconhecimento sobre a questão, embora haja ações por parte da COEX em

incentivar a participação de todos nos projetos de extensão, que atualmente podem ser cadastrados a qualquer momento no SUAP.

Sugere-se, portanto, que haja maior participação dos técnicos nas reuniões pedagógicas e maior envolvimento dessa categoria em projetos de extensão, quer seja como membros voluntários, membros bolsistas ou coordenadores.

D7 – As ações de estágio e prática profissional contribuem efetivamente para a formação do estudante e para a articulação entre a teoria e a prática.



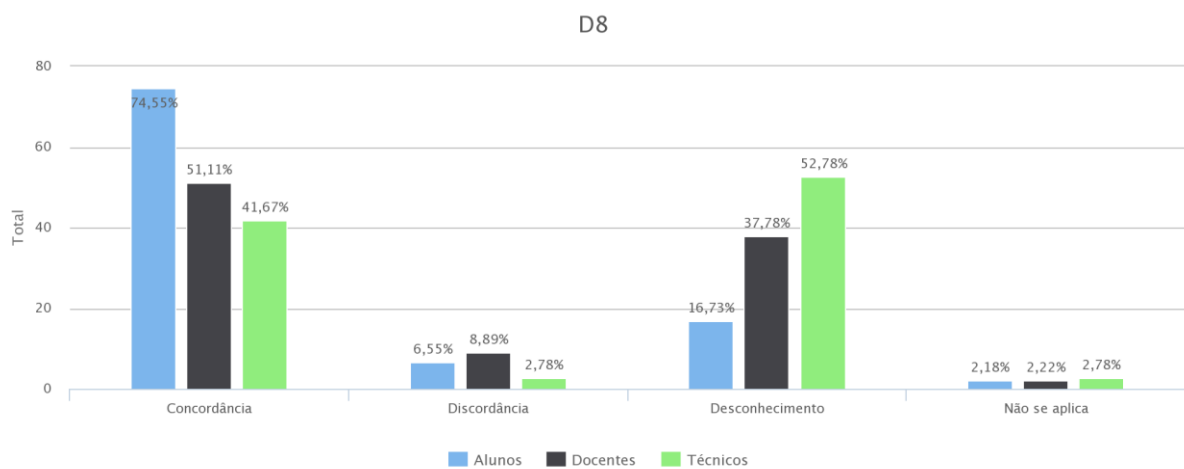
Notadamente, há a concordância de todos os segmentos (82,91% dos discentes; 75,56% dos docentes; e 66,67% dos técnicos) quanto à contribuição efetiva das ações de estágio e prática profissional para a formação do estudante e para a articulação entre a teoria e a prática. Observou-se um aumento em torno de 15% de concordância entre os discentes, quase 20% entre os docentes e 23,81% entre os técnicos, com relação à Autoavaliação 2013.

Porém, nota-se ainda um grau de desconhecimento entre 12% dos discentes, mais de 15% dos docentes e 30,56% dos técnicos. De acordo com o Relatório 2013 (p. 61), todos os segmentos haviam apresentado um nível de desconhecimento superior a 15%. Houve, portanto, alguma redução desse índice em todas as categorias e acredita-se que se deve ao fato da Coordenação de Extensão, atualmente responsável pelos estágios, passar a divulgar oportunidades de estágio e emprego em seu mural, nas redes sociais e no site do IFRN Caicó.

O índice de desconhecimento, nos três segmentos, pode estar relacionado, por parte dos técnicos, à restrição imposta pela Lei 11.788/2008, a qual permite

apenas docentes como orientadores de estágio da instituição de ensino. Quanto aos discentes, o estágio não é obrigatório, mas é uma atividade optativa e isso pode provocar o desinteresse dos alunos em conhecer essa modalidade de prática profissional. E quanto aos docentes podem não terem atuado, ainda, como professor orientador de estágio.

D8 – O programa de estágio e o acompanhamento de egressos do *Campus* têm oportunizado a inserção dos estudantes no mundo do trabalho.



De acordo com o gráfico, acima, 74,55% dos discentes e 51,11% dos docentes concordam que o programa de estágio e o acompanhamento de egressos do *Campus* têm oportunizado a inserção dos estudantes no mundo do trabalho. Houve um aumento significativo de 23,12% e 25,53% no grau de concordância entre discentes e docentes, respectivamente, com relação aos dados obtidos em 2013.

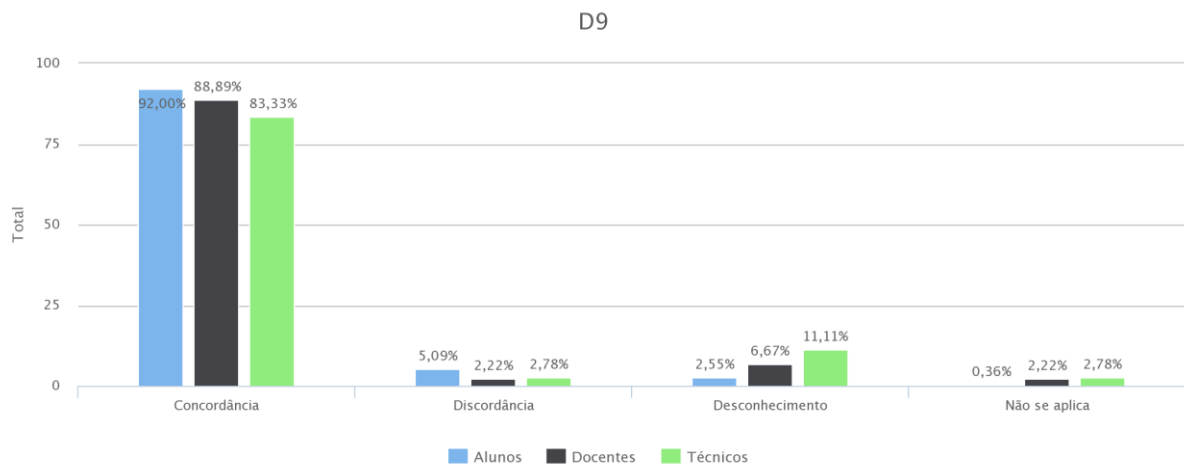
Esse fato pode estar relacionado ao aumento do número de estágios registrados no ano de 2014 que, segundo dados divulgados pela COEX, esse aumento foi de 20% para o curso de Eletrotécnica (15 estágios em 2013 e 18 em 2014), 55,6% para o curso de Informática (9 em 2013 e 14 em 2014), 600% para o curso de Vestuário (2 em 2013 e 14 em 2014). Estão sendo levados em consideração a data de início de todos os estágios registrados, independente de posteriormente terem sido concluídos, cancelados, anulados ou ainda estarem vigentes.

Entretanto, observa-se alto índice de desconhecimento entre todos os segmentos (16,73% entre os discentes; 37,78% entre os docentes; e 52,78% entre

os técnicos). Soma-se aos fatos já mencionados na Questão D7, a ausência de uma pesquisa de egressos em todos os *Campi*, de modo a obter informações acerca da empregabilidade ou os motivos da não empregabilidade dos alunos estagiários nas respectivas empresas concedentes.

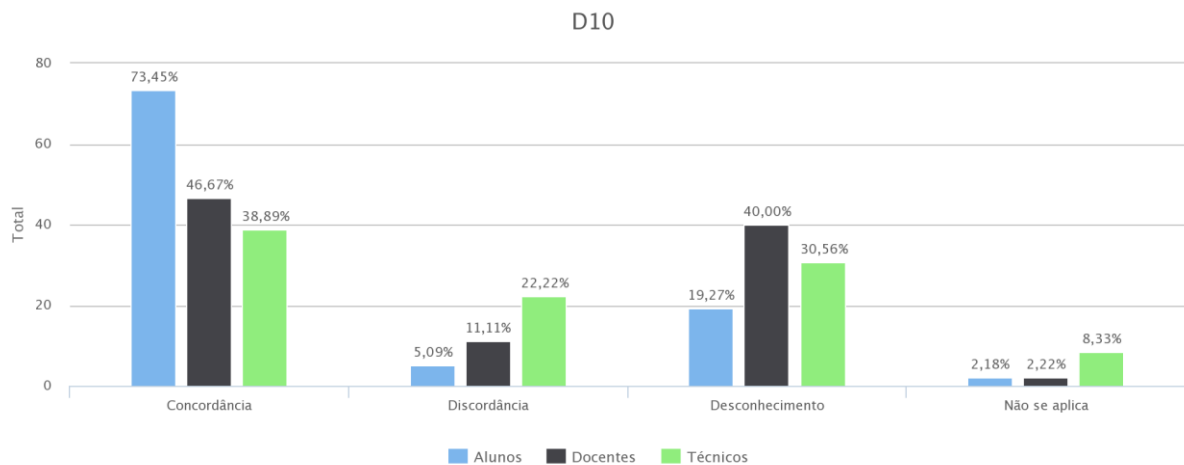
Essa ação constava no planejamento anual 2014 do *Campus* e foi novamente proposta no planejamento 2015. No Relatório de Gestão do Exercício de 2014 – *Campus Caicó* (2014, p. 15), justifica-se que “o aperfeiçoamento do mecanismo de acompanhamento de egresso não foi realizado em virtude de não ter sido disponibilizado o bolsista para realizar as pesquisas, nem terem sido implantados os procedimentos para tal”.

D9 – Os programas de assistência estudantil (bolsas de iniciação profissional, alimentação, assistência à saúde etc.) do *Campus* contribuem para a permanência e êxito do estudante.



Os resultados apresentam concordância de todos os segmentos (92% dos discentes; quase 89% dos docentes; e mais de 83% dos técnicos) de que os programas de assistência estudantil do *Campus* contribuem para a permanência e êxito do estudante. Essa concordância também foi observada na Autoavaliação 2013, ratificando que os programas de assistência ao estudante são importantes para a permanência do aluno na instituição, bem como para a elevação do seu desempenho acadêmico.

D10 – As ações de inclusão e de acessibilidade para os estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação são satisfatórias no seu *Campus*.

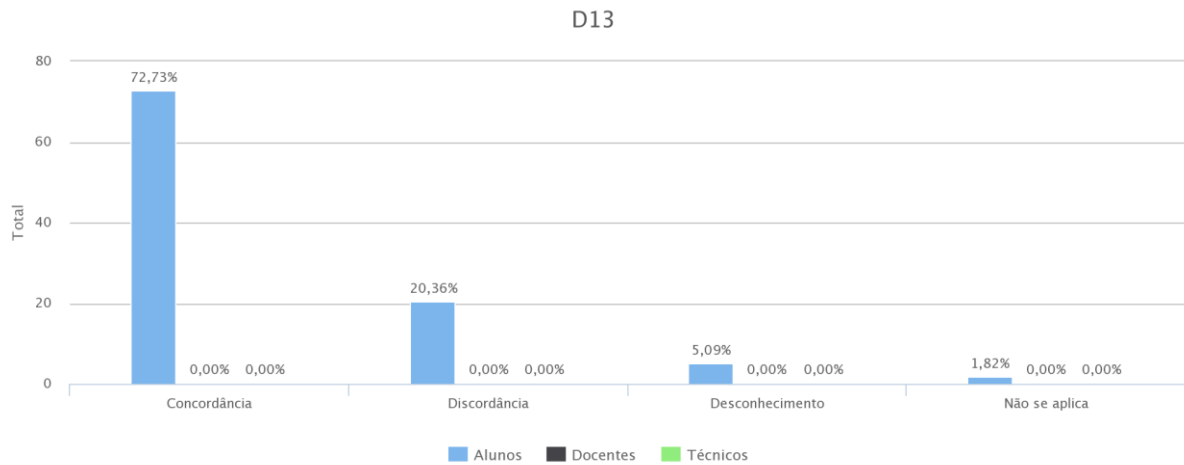


O gráfico acima demonstra o grau de concordância dos discentes de 73,45% quanto às ações de inclusão e de acessibilidade para os estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação serem satisfatórias no *Campus*. Observa-se ainda que os resultados apontam um desconhecimento de todos os segmentos (19,27% dos discentes; 40% dos docentes; e 30,56% dos técnicos). O mesmo foi observado na Autoavaliação 2013.

Este resultado pode estar relacionado ao fato do *Campus* não ter alunos com necessidades especiais matriculados e o trabalho do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NAPNE) não ter visibilidade. Sugere-se, portanto, que o NAPNE continue a realização de suas ações em informar, capacitar os servidores sobre o papel de todos para inclusão.

Nesse aspecto, pode-se citar o Seminário que foi realizado na Semana Pedagógica no ano de 2014.1 e as intervenções nas Reuniões Pedagógicas e Técnico-administrativas. Além disso, está em andamento o Projeto de Capacitação, em 2015, para os servidores do *Campus* Caicó sobre educação inclusiva.

D13 – A comunicação interna no *Campus* contribui para o conhecimento das atividades desenvolvidas no IFRN.

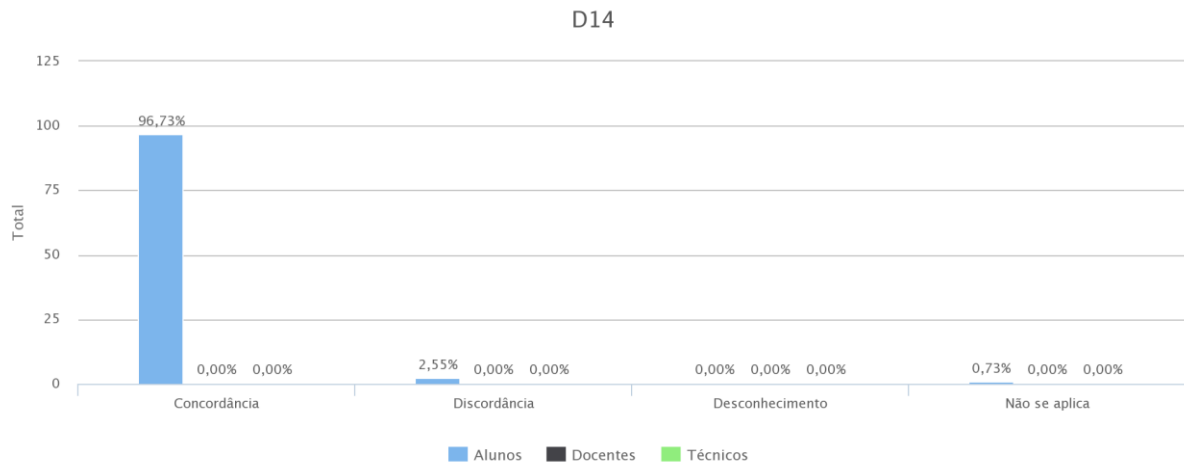


A respeito da comunicação interna no *Campus*, a maior parte dos discentes concorda que contribui para o conhecimento das atividades desenvolvidas no IFRN. Observou-se um aumento no percentual de concordância (de 62,77% em 2013 para 72,73% em 2014). Acredita-se que esse resultado pode estar relacionado à instalação do painel informativo na área da cantina, fruto de reivindicações registradas nas Autoavaliações 2012 e 2013.

Entretanto, observa-se que mais de 20% dos estudantes discordam dessa afirmação. A criação da Rádio Escolar, mencionada nos Relatórios da Autoavaliação 2012 e 2013, pode contribuir ainda mais para o conhecimento das atividades desenvolvidas no *Campus*.

Sugere-se ainda que o setor de Comunicação Social e Eventos do *Campus* defina ações de incentivo à comunidade acadêmica para que busquem as informações no portal de notícias oficial do IFRN, bem como nas redes sociais. Outra sugestão é a criação de um jornal com periodicidade mensal (informativo) com as principais ações desenvolvidas no *Campus*, como projetos de extensão e pesquisa, incubadora, ações do ensino, reunião de pais, conselhos de classe, etc.

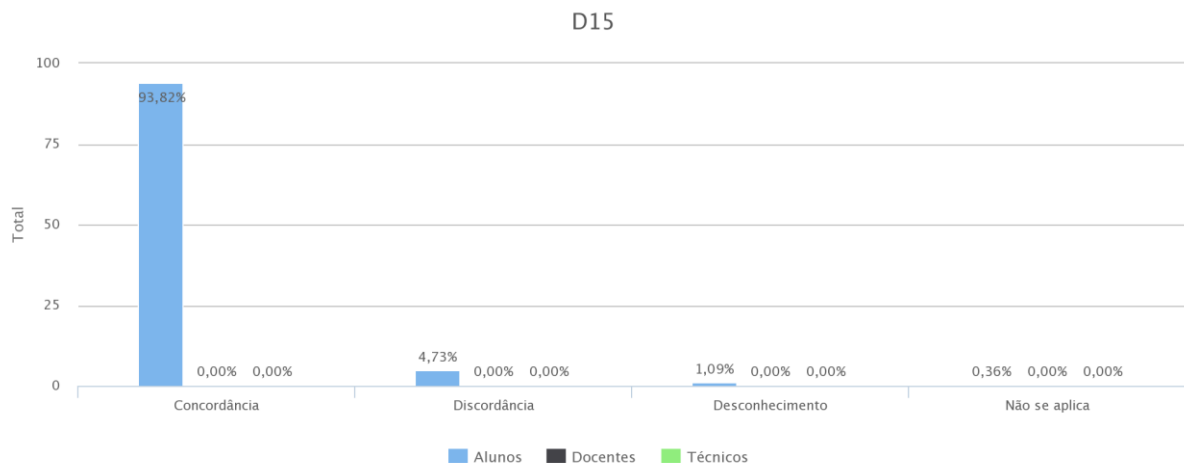
D14 – A relação professor-aluno no *Campus* do qual faço parte facilita o processo de ensino-aprendizagem.



De acordo com o gráfico, acima, 96,73% dos discentes concordam que a relação professor-aluno facilita o processo de ensino-aprendizagem, registrando-se um aumento de 11,57% com relação à Autoavaliação 2013. Pode-se inferir que a relação professor-aluno é bastante satisfatória, sendo inerente ao processo de ensino-aprendizagem. O discente comenta:

Outro aspecto que gostaria de citar, que na minha opinião é de extrema importância, é a questão do relacionamento Professor/Aluno que é levado tão em conta, afinal um bom relacionamento estimula o aprendizado do aluno, dá vontade de ir pra aula, e acho ótimo a preocupação nesse quesito, tanto pela parte dos professores, como pela equipe de pedagogia do local.

D15 – Os cursos oferecidos pela instituição permitem uma boa qualificação profissional.



Observa-se que 93,82% (10,13% a mais que em 2013) dos discentes concordam que os cursos oferecidos pela instituição permitem uma boa qualificação profissional. De acordo com o resultado, pode-se inferir que o IFRN está atendendo adequadamente às expectativas da comunidade acadêmica e, conseqüentemente, da região na qual está inserido, contribuindo para o desenvolvimento local.

D16 – Caso considere oportuno, deixe aqui alguma(s) crítica(s) e/ou sugestão(ões) acerca dos aspectos avaliados nesta dimensão.

Diante do universo dos respondentes, os comentários registrados nessa dimensão são de apenas quatro Docentes e um Técnico. Entre as sugestões apresentadas, destaca-se a importância de reduzir a evasão, tendo como uma das ações “amostra de profissões, por exemplo, que pode ser desenvolvida pela Coordenação de Extensão com o intuito de mostrar aos alunos dos cursos técnicos pessoas formadas na área de atuação deles, de modo a servir de exemplo”. (RESPOSTA SUBJETIVA DOCENTE). Essa sugestão também atenderia a preocupação em relação à valorização dos cursos, pois segundo um discente existe a ideologia de que “um curso é melhor que outro” (RESPOSTA SUBJETIVA DISCENTE).

Ainda quanto aos discentes, observa-se a preocupação com os estágios e aulas de campo, principalmente no curso de Eletrotécnica, na forma subsequente:

No curso de Eletrotécnica temos pouquíssimas oportunidades de estágios, essa é uma deficiência do curso que deve ser resolvida. Quanto à pesquisa e inovação, é preciso melhorar e voltar a ter alguns programas. E também faltam viagens de campo para turmas de Eletrotécnica Subsequente, por falta das mesmas alguns alunos desanimam e desistem do curso, pela falta de conhecimento prático. (RESPOSTA SUBJETIVA DISCENTE).

O problema que mais que identifico é a baixa oportunidade de estágios em nossa região em relação ao curso de Eletrotécnica. Uma solução bem eficaz seria cobrar mais da reitoria as placas de captação de energia solar para nosso campus. Ela seria uma forma de criar novas chances de trabalho no próprio âmbito escolar. (RESPOSTA SUBJETIVA DISCENTE).

Além disso, no que diz respeito à comunicação interna em que se divulguem as atividades do *campus*, bem como os programas, cita-se as seguintes sugestões dos alunos:

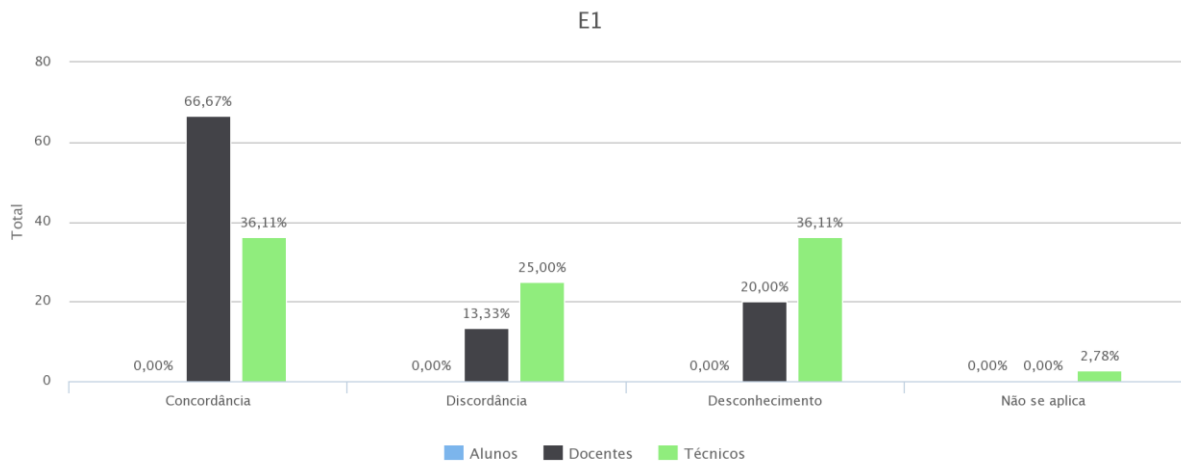
Ainda sonho com um dia em que o Campus Caicó tenha quase como um jornal quinzenal ou até semanal, e quem sabe uma pequena rádio que serviria além de "animar" os intervalos, como uma forma da diretoria, pedagogia, entre outros, utilizar como forma de dispersão de informações importantes. (RESPOSTA SUBJETIVA DISCENTE).

Em relação a incubação de projetos por empresas da região e às ofertas de estágio, era bom se tivesse uma maior publicação, pois muitas vezes os alunos, principalmente os novatos, não conhecem desses benefícios da instituição. Uma ação que para mim daria certo, era fazer uma mini exposição na entrada do campi com banners mostrando os alunos que tiveram sucesso com essas oportunidades e outras coisas. De forma subjetiva, isso dará um incentivo maior aos alunos. (RESPOSTA SUBJETIVA DISCENTE).

Nesta dimensão é recorrente também, a reivindicação dos alunos da Licenciatura pelo benefício da alimentação, sendo inviabilizado pela Lei nº 11.947/2009, conforme comentada na Dimensão C.

3.5 DIMENSÃO E – FUNÇÃO SOCIAL E PDI

E1 - Posso conhecimento dos principais documentos institucionais que definem a função social do IFRN: Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e Projeto Político Pedagógico (PPP).

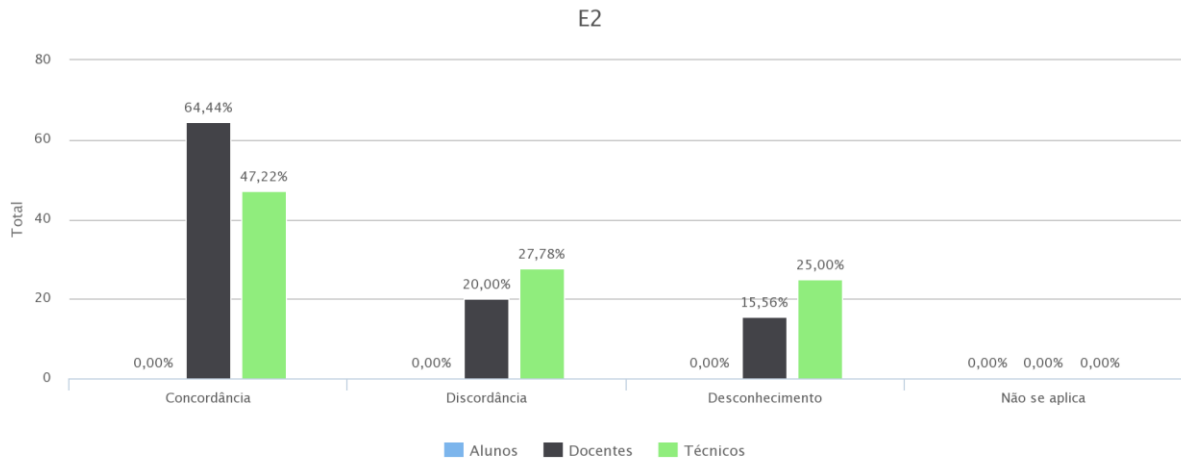


Enquanto que 66,67% dos docentes apontaram que tem conhecimento dos principais documentos institucionais que definem a função social do IFRN: Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e Projeto Político Pedagógico (PPP), 25% dos técnicos discordam e 36,11% desconhecem tais documentos. Conforme mencionado no Relatório de Autoavaliação de 2013, essa discrepância persiste por não acontecer, nas reuniões entre os técnicos, discussões desses documentos.

Ainda assim, comparando com 2013, observa-se que houve um aumento de 7% dos docentes e de 15% dos técnicos que possuem conhecimento dos documentos supracitados, embora 63% dos técnicos ainda declararam que discordam, desconhecem ou não se aplica relacionada a essa questão do conhecimento dos documentos que se referem à função social dessa Instituição.

Nesse ponto, entende-se que é necessário que todos dos servidores do IFRN, que trabalham numa instituição de educação possam ter a oportunidade de conhecerem tais documentos mediante a participação em minicursos e reuniões que favoreçam essa discussão: sugestão abordada nos relatórios de 2012 e 2013.

E2 - A comunicação do IFRN com a comunidade externa atende à ampla divulgação de informações sobre o ensino, a extensão, a pesquisa e inovação, bem como a existência de mecanismos de transparência institucional e o atendimento ao público.

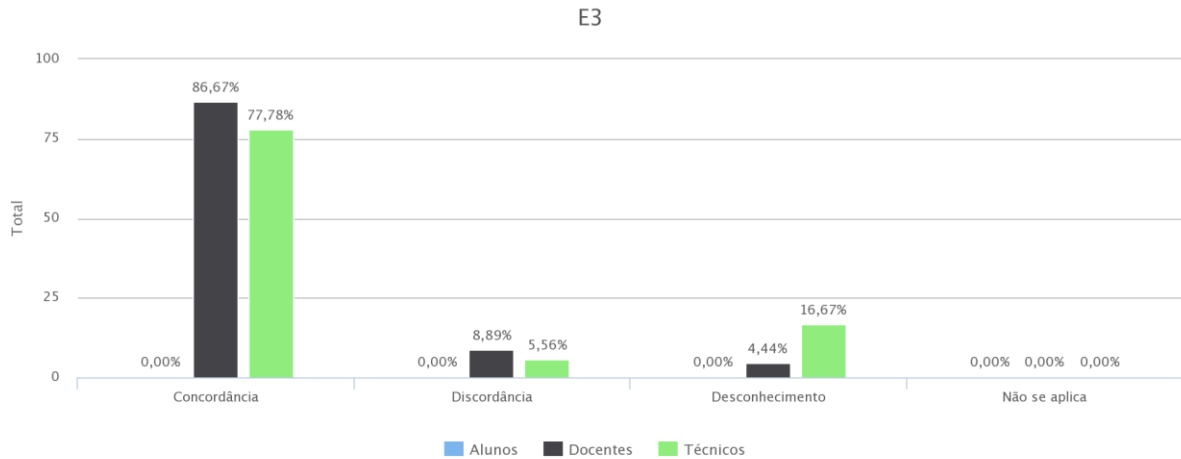


Quanto à comunicação do IFRN com a comunidade externa 64,44% dos docentes concordam que atende à ampla divulgação de informações sobre o ensino, a extensão, a pesquisa e inovação, bem como a existência de mecanismos de transparência institucional e o atendimento ao público.

Quanto aos técnicos, comparando com a autoavaliação 2013, houve uma diminuição significativa em relação à discordância, de 53,57% para 27,78%. E o índice de desconhecimento aumentou de 7,14% para 25%.

Houve aumento de concordância nos dois segmentos em relação a 2013. Percebeu-se que o Setor de Comunicação Social do *Campus* vem buscando através do site e das redes sociais divulgar as informações sobre as ações realizadas no IFRN. Desta forma, incentiva-se a todos os servidores acessarem, em sua rotina de trabalho, os meios de comunicação utilizados pelo Instituto.

E3 - A prática educativa do IFRN cumpre sua função social, articulando ciência, cultura, trabalho e tecnologia, comprometida com a formação humana integral, com o exercício da cidadania e com a produção e a socialização do conhecimento.

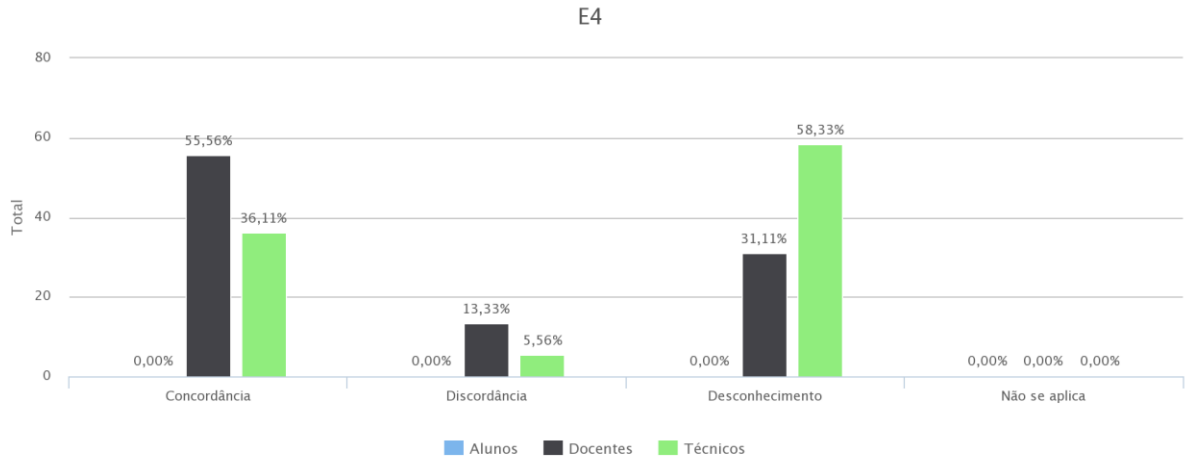


Para 86,67% dos docentes e 77,78% dos técnicos a prática educativa do IFRN cumpre sua função social, articulando ciência, cultura, trabalho e tecnologia, comprometida com a formação humana integral, com o exercício da cidadania e com a produção e a socialização do conhecimento. Nesse aspecto, houve um aumento em torno de 13% dos docentes e 6% para os técnicos, em relação à autoavaliação 2013.

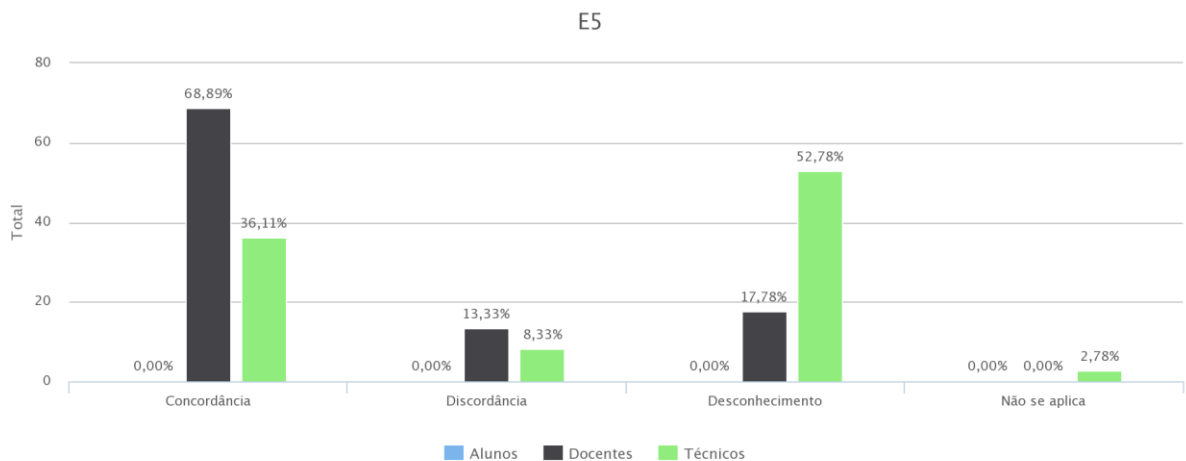
Quanto ao desconhecimento, houve um acréscimo em relação aos técnicos, de 10,71% em 2013 para 16,67% em 2014. Este fato pode ser interpretado como ausência das opções parciais.

Nesta afirmativa, ressalta-se a importância da função social do IFRN mediante a construção de uma prática educativa que favoreça a formação cidadã dos discentes em que todos os servidores se envolvam nesse processo. Isso implica na articulação entre os setores e a prática docente, tendo em vista a eficácia e eficiência dos aspectos tanto administrativos quanto pedagógicos.

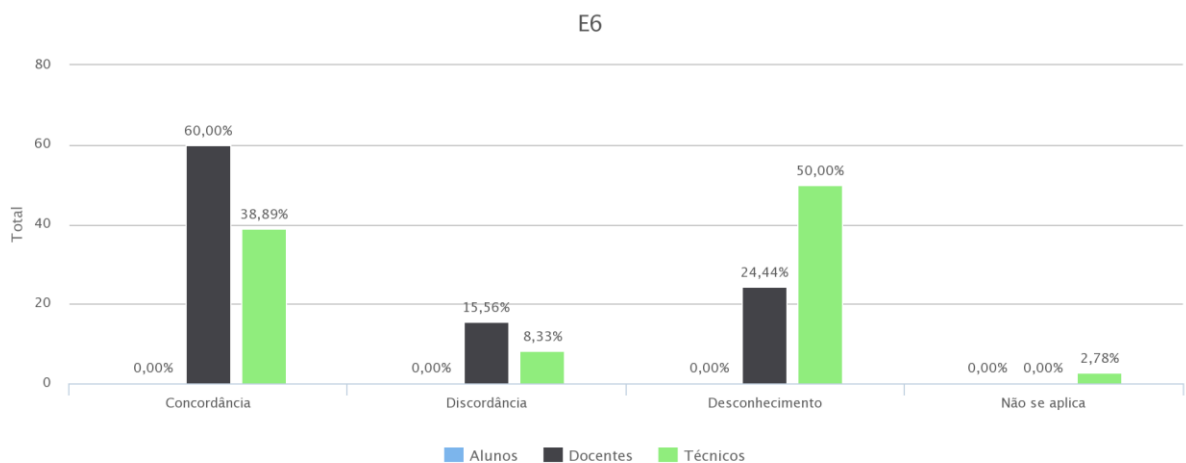
E4 - As ações do seu *Campus* relativas à inclusão 'social' e ao desenvolvimento 'socioeconômico' são coerentes com o estabelecido no PDI e no PPP.



E5 - As ações do seu *Campus* relativas ao meio 'ambiente' são coerentes com o estabelecido no PDI e no PPP.



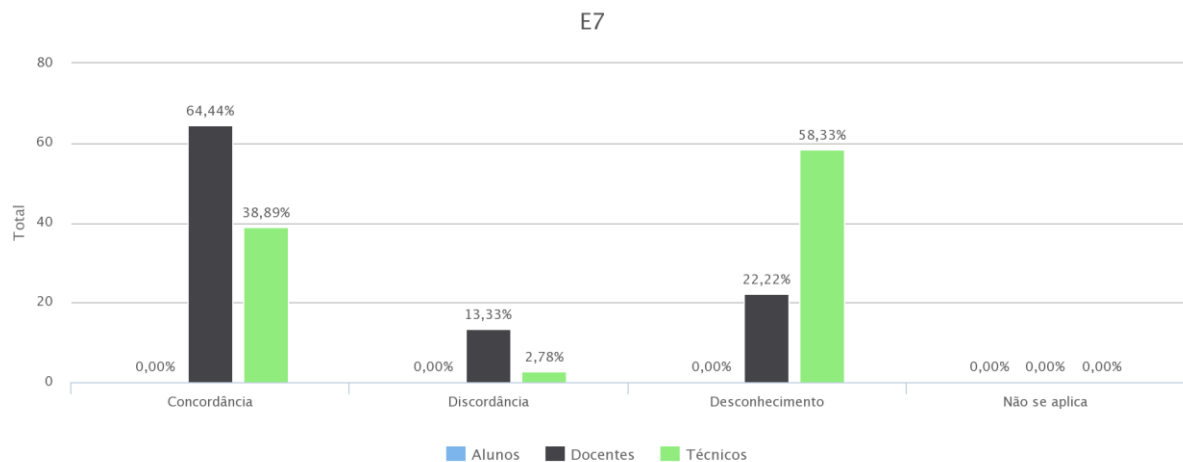
E6 - As ações do seu *Campus* relativas à 'cultura' são coerentes com o estabelecido no PDI e no PPP.



Conforme os gráficos acima referentes às questões 4, 5 e 6, a coerência com o estabelecido no PDI e no PPP com as ações do *Campus* relativas à inclusão 'social' e ao desenvolvimento 'socioeconômico', ao meio 'ambiente', à 'cultura', para 55,56%, 68,89%, 60%, dos docentes, respectivamente concordam. E 31,11%, 17,78%, 24,44%, respectivamente desconhecem. Para os técnicos, obteve-se, respectivamente 58,33%, 52,78% e 50%, de desconhecimento referente às afirmativas supracitadas.

Nesses aspectos, observa-se que enquanto a concordância entre os docentes aumentou em relação a 2013, o nível de desconhecimento de tais atividades entre os técnicos também aumentou. Há ainda necessidade de envolver os técnicos nessas atividades para que se insiram na dinâmica do IFRN por participar de ações voltadas à inclusão, ao meio ambiente e à cultura.

E7 - As atividades de ensino, de extensão e de pesquisa e inovação no seu *Campus* são coerentes com o estabelecido no PDI e PPP.



Quanto à coerência das atividades de ensino, de extensão e de pesquisa e inovação do *Campus* com o estabelecido no PDI e PPP, 64,44% dos docentes concordam e 22,22% desconhecem. Nesse item, 58,33% dos técnicos desconhecem. Em relação a 2013, esses índices apresentaram aumento tanto para concordância dos docentes quanto para o desconhecimento de ambos os segmentos. Ressalta-se, portanto, o comentário do relatório da Autoavaliação (2013, p. 76):

Nesse ponto, questiona-se: o que é preciso para motivar os técnicos administrativos a se envolverem na dinâmica do IFRN? Que discussões seriam pertinentes a esse segmento de profissionais da educação? Enfatiza-se, portanto, intensificar o diálogo entre os técnicos, docentes e gestão com o objetivo de articular ações que colaborem para participação efetiva da comunidade acadêmica nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

E8 – Caso considere oportuno, deixe aqui alguma(s) crítica(s) e/ou sugestão(ões) acerca dos aspectos avaliados nesta dimensão.

Nas questões discursivas com relação à dimensão E (Função Social do IFRN e PDI), foi comentado, ainda, conforme o relatório de 2013 a necessidade de promover ações no *Campus* para que os docentes e técnicos possam conhecer os documentos como o PDI e PPP. Além disso, reconhecem que “as políticas para benefício ao meio ambiente do *Campus* existem, mas precisam ser fortalecidas e ampliadas” (RESPOSTA SUBJETIVA DOCENTE).

Assim, enfatiza-se a importância dos servidores se apropriarem dos documentos que institucionalizam a política de educação do IFRN, constituindo-se um processo contínuo e sistemático de discussões e reflexões sobre a “educação profissional e tecnológica de qualidade referenciada socialmente” (PDI, 2014-2018, p. 61) conforme reitera o Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018 sobre a função social do IFRN.

4 QUADRO COMPARATIVO

Com o objetivo de facilitar a visualização dos resultados de 2014, comparando com 2013, os quadros foram elaborados, considerando os aspectos que aumentaram o percentual de concordância e os que permaneceram com avaliação negativa. Não foram citados itens, cuja interpretação foi o desconhecimento conforme a metodologia adotada neste relatório nem as dimensões que não houve alteração.

Quadro 4 - Itens que apresentaram evolução de 2013 para 2014

<p>Dimensão A - ORGANIZAÇÃO, GESTÃO, PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL</p>	<ul style="list-style-type: none"> - estrutura organizacional; - ações da gestão; - relacionamento ético, profissional e interpessoal; - conselhos, colegiados, comissões, reuniões administrativas e pedagógicas; - conhecimento dos principais documentos normativos; - planejamento estratégico; - comunicação interna (docentes); - procedimentos de avaliação institucional.
<p>Dimensão B - POLÍTICA DE PESSOAL E DE CARREIRA</p>	<ul style="list-style-type: none"> - política de Pessoal e de Carreira (docentes); - política de capacitação/qualificação (docentes); - O incentivo/auxílio à participação em eventos, à capacitação e à qualificação acadêmica (docentes); - reuniões pedagógicas, administrativas e de grupos.
<p>Dimensão C - INFRAESTRUTURA PARA ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO</p>	<ul style="list-style-type: none"> - laboratórios; - biblioteca (instalações); - salas de aula; - infraestrutura de informática (alunos); - qualificação do quadro docente; - qualificação do quadro técnico-administrativo; - estrutura de transporte; - serviço de manutenção.
<p>Dimensão D - ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E ASSISTÊNCIA AOS ESTUDANTES E EGRESSOS</p>	<ul style="list-style-type: none"> - prática pedagógica docente; - acompanhamento pedagógico; - procedimentos de avaliação do estudante e de acompanhamento das atividades acadêmicas (docentes e discentes); - atividades de extensão; - ações de estágio e prática profissional; - programa de estágio e o acompanhamento de egressos; - programas de assistência estudantil; - ações de inclusão e de acessibilidade (discentes); - relação professor-aluno; - cursos oferecidos pela instituição; - comunicação interna (discentes).

Dimensão E – FUNÇÃO SOCIAL E PDI	<ul style="list-style-type: none"> - Posso conhecimento dos principais documentos institucionais (docentes); - comunicação do IFRN com a comunidade externa; - prática educativa; - atividades de ensino, de extensão e de pesquisa e inovação coerentes com o estabelecido no PDI e PPP (docentes).
---	--

Quadro 5 - Itens que persistem com avaliação negativa

Dimensão A - ORGANIZAÇÃO, GESTÃO, PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	<ul style="list-style-type: none"> - comunicação interna (técnicos).
Dimensão B - POLÍTICA DE PESSOAL E DE CARREIRA	<ul style="list-style-type: none"> - política de Pessoal e de Carreira (técnicos); - política de capacitação/qualificação (técnicos); - O incentivo/auxílio à participação em eventos, à capacitação e à qualificação acadêmica (técnicos); - política de assistência e melhoria da qualidade de vida.
Dimensão C - INFRAESTRUTURA PARA ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	<ul style="list-style-type: none"> - infraestrutura de informática (docentes).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos resultados apresentados e análises realizadas, percebe-se que houve mudanças significativas no ano de 2014. Isso se deve ao fato da participação ativa da comunidade acadêmica em contribuir com as discussões e sugestões oportunizadas pelas atividades inerentes à CPA, tanto ao analisar as afirmativas das dimensões como a participação nos Seminários realizados nas Semanas Pedagógicas.

Nesses eventos, são apresentados os resultados, discutindo e analisando coletivamente os avanços e as fragilidades identificados no *Campus*. Assim, apresentam propostas de mudanças desde o primeiro semestre do ano letivo. No segundo semestre, é realizada a Sensibilização com o objetivo de discutir as dimensões que serão avaliadas, apropriando-se dos fundamentos das afirmativas discutidas.

Destaca-se, ainda, para este ano, a dificuldade na elaboração do Relatório Final, cujos motivos foram explicitados no Relatório da Autoavaliação de 2013 (p. 77):

[...] em função de diversos entraves, como: constância de demandas urgentes nos setores em que os membros da comissão estão localizados, comprometendo o atendimento aos prazos estabelecidos pela Comissão Central; dificuldade dos membros docentes em conciliar as atividades acadêmicas (aulas, aplicação de avaliações, qualificação, planejamento, etc.) com os trabalhos da Comissão.

Nesse aspecto, houve uma melhora no sentido da gestão designar a carga horária semanal de 2 h/a para as reuniões da CPA, as quais aconteceram de acordo com o cronograma previsto. Mas, quanto à elaboração do Relatório Final, que necessita de mais empenho e dedicação ainda apresenta dificuldades em relação ao tempo destinado para tal. Assim, sugere-se novamente encontrar mecanismos para que, durante a elaboração do Relatório, possa-se utilizar a sistemática de substituição dos servidores envolvidos com este trabalho para ser realizado com eficiência e eficácia, atendendo aos prazos estabelecidos pelo MEC.

Observa-se que servidores, apesar de poucos, comentaram a falta da opção “concordo parcialmente”, pois acreditam que corresponderia melhor às suas expectativas quanto às opiniões. Neste caso, a CPA Local, que inicialmente, não

concordou com a ausência da opção supracitada no questionário, ao analisar as afirmativas, percebeu que se tivesse “concordo parcialmente”, não iria detectar os avanços nem as fragilidades, pois estaria no meio termo, e não indicaria o que realmente está precisando melhorar. Conclui-se, portanto, que a parte subjetiva é o espaço para o servidor se colocar de forma direta e específica, apresentando sugestões que possam contribuir para melhorar os aspectos que “atende parcialmente”, na ótica dos respondentes.

Dentre as sugestões apresentadas no Relatório de 2013, a Reunião Técnico-Administrativa quinzenal foi uma das ações avaliadas positivamente pelos técnicos. Acontece, também, quinzenalmente, nas Reuniões Pedagógicas, a Capacitação para todos os Servidores baseada nos pressupostos do Projeto Político Pedagógico, mediada pela Equipe Técnico-pedagógica.

Quanto aos aspectos analisados, a CPA ratifica sugestões apresentadas nos Relatórios de 2012 e 2013:

- Telão Informativo: instalada desde 2013, na área da cantina, a qual precisa ser ativada para que apresente: o IFRN em pauta; trabalhos produzidos em vídeos pelos alunos; registro de atividade de campo; informes sobre as atividades realizadas no *campus*; dentre outros aspectos relevantes relacionados às questões de ensino, pesquisa e extensão;
- Rádio Escolar: apesar de ter sido solicitada no ano de 2014, aguarda o orçamento para empenho e execução;
- Criação dos colegiados dos cursos técnicos:

Ratifica-se a importância, e urgência, da criação desses colegiados, tendo em vista que a participação ativa dos alunos dos cursos subsequentes e EJA favorece a construção de um espaço educacional democrático, através do diálogo entre gestão, docentes e discentes, na busca de soluções para os problemas inerentes à prática educativa. (RELATÓRIO DA AUTOAVALIAÇÃO 2013, p. 78).

A CPA considera que no ano de 2014, período de referência deste relatório, desempenhou sua função junto à instituição, mantendo-se ativa, concentrada no seu fortalecimento junto à comunidade acadêmica de forma transparente e disposta a cooperar na busca por mecanismos de superação das fragilidades visualizadas.

Este trabalho deve ser utilizado como um instrumento de auxílio em ações que promovam o desenvolvimento da instituição. A divulgação e discussão dos

resultados com gestores e comunidade acadêmica são primordiais. Espera-se que os resultados possam contribuir com o processo de organização e gestão, possibilitando o aprimoramento da atuação acadêmico-administrativo e subsidiando a dinâmica organizacional dos gestores.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Brasília, DF, Senado, 2009.

_____. **Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Brasília, DF, Senado, 2008.

_____. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.** Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. Brasília, DF, Senado, 2004.

_____. **Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.** Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Brasília, DF, Senado, 1990.

IFRN. **Edital nº 01/2014, de 15 de dezembro de 2014.** Para submissão de projetos de promoção à saúde e qualidade de vida no trabalho. Natal: COASS, 2014.

IFRN. **Resolução nº 16/2014, de 24 de julho de 2014.** Aprova a Política de Promoção à Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho do IFRN. Natal: CONSUP, 2014.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL – 2014-2018. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. Natal/RN: IFRN, 2014.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO IFRN: uma construção coletiva. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. Natal/RN: IFRN, 2012.

REGIMENTO GERAL DO IFRN. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. Natal/RN: IFRN, 2010.

RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO 2013. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. Caicó/RN: IFRN, 2013.

RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO 2012. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. Caicó/RN: IFRN, 2012.

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014 *CAMPUS CAICÓ*. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. Caicó/RN: IFRN, 2014.